

9-D-94
08
129

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CORRIGIDA

Curso C-PEM 2002

Partido TI

Solução do P-III-6 (Mo) - MONOGRAFIA

Apresentada Por

JOSE AUGUSTO DA COSTA OLIVEIRA

CAPITÃO- DE-MAR-E-GUERRA

NOME E POSTO



RIO DE JANEIRO

2002

9-D-94



MARINHA DO BRASIL

CM6 - COSTA OLIVEIRA

9/10/03
etc

129 //

9-D-94



MARINHA DO BRASIL
ESCOLA DE GUERRA NAVAL

Devolver

- O DIMENSIONAMENTO DO PODER NAVAL NA AMAZÔNIA -

JOSÉ AUGUSTO DA COSTA OLIVEIRA

Capitão-de-Mar-e-Guerra



2002

Alcorno: 60490
Ex.: 96927
MB - EGN
BIBLIOTECA
23/09/2003
N.º 5832

CAD ABERVO

60790

EXEMPLAR

96927

Costa Oliveira, José Augusto da, 1956 –

O Dimensionamento do Poder Naval na Amazônia / José Augusto da Costa Oliveira. — Rio de Janeiro : EGN, 2002.

vii, 74f.: il.,color.

Monografia: C-PEM, 2002.

Bibliografia : f. C-1- C-3.

1. Região Amazônia. 2. A Amazônia e a Cobiça Internacional: vulnerabilidades e fatores de tensão. 3. A Ocupação da Amazônia: Presença Militar, Políticas e Programas Governamentais. 4. A Marinha na Amazônia. 5. O Dimensionamento do Poder Naval, a Questão Orçamentária e a Adequação do Poder Naval. – Brasil. I. Escola de Guerra Naval (Brasil). II. Título.



Tema: O Dimensionamento do Poder Naval na Amazônia

Título: O DIMENSIONAMENTO DO PODER NAVAL NA AMAZÔNIA

Tópicos a abordar: - A missão da Marinha do Brasil na região
- Os meios existentes e a capacidade necessária.
- A questão orçamentária.

Proposição: Examinar os aspectos políticos, estratégicos e econômicos da região amazônica, identificando os fatores de tensão e as vulnerabilidades existentes. Enfocar a presença da Marinha do Brasil na região, analisando sua missão, a situação atual dos meios existentes e a capacidade necessária de meios para o cumprimento dessa missão. Considerando a questão orçamentária, decorrente da política econômica vigente, e as implicações para a MB, propor a adequação do dimensionamento do Poder Naval na região de modo a fazer frente às vulnerabilidades estratégicas constatadas.

Nº de palavras: 11488

SUMÁRIO

	PÁGINA
Lista de Tabelas.....	v
Lista de Figuras.....	vi
Introdução.....	vii
CAPÍTULO 1- A AMAZÔNIA BRASILEIRA: CARACTERÍSTICAS E RIQUEZAS.....	1
- O Ambiente Amazônico.....	1
- Patrimônio Amazônico	4
CAPÍTULO 2- A AMAZÔNIA E A COBIÇA INTERNACIONAL: VULNERABILIDADES E FATORES DE TENSÃO.....	7
- Vulnerabilidades e Fatores de Tensão.....	12
CAPÍTULO 3- A OCUPAÇÃO DA AMAZÔNIA: PRESENÇA MILITAR, POLÍTICAS E PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS.....	19
CAPÍTULO 4- A MARINHA NA AMAZÔNIA.....	25
- Antecedentes Históricos.....	25
- Missão da Marinha na Região Amazônica.....	26
- Os Meios Navais Existentes e Capacidade atual.....	29
CAPÍTULO 5- DIMENSIONAMENTO DO PODER NAVAL PARA AMAZÔNIA – QUESTÃO ORÇAMENTÁRIA E ADEQUAÇÃO DO PODER NAVAL.....	37
- Uma Sugestão para o Dimensionamento do Poder Naval.....	42
- Questão Orçamentária.....	45
- Adequação para a sugestão apresentada.....	48
CAPÍTULO 6- CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	51
ANEXO A - TRATADO DE COOPERAÇÃO AMAZÔNICO.....	A-1
ANEXO B - CARACTERÍSTICAS DOS MEIOS DO 4º DISTRITO NAVAL.....	B-1
ANEXO C - BIBLIOGRAFIA.....	C-1

LISTA DE TABELAS

TABELA n.º	TÍTULO	PÁGINA
1	Planejamento de Defesa Nacional	38
2	Sistemática de Planejamento de Alto Nível da MB	40
3	Orçamento do Ministério da Defesa - exercício fiscal de 2002	46
4	Distribuição do Orçamento por Comando de Força /ano 2002	46
5	Distribuição do Orçamento da MB por despesas	47

LISTA DE FIGURAS

FIGURA n.º	TÍTULO	PÁGINA
1	Características da Amazônia	4
2	Desestabilização da Colônia do Brasil	8
3	Mapa mostrado nas escolas norte-americanas	13
4	Demarcação de Terras Indígenas	17
5	Sistema de Proteção da Amazônia	24

INTRODUÇÃO

“... o povo do resto do mundo necessita que a Amazônia funcione como um sistema (ecológico) e isso, no fim, é mais importante do que a controvérsia sobre quem é o dono da Amazônia. A Amazônia pode se estender pela América do Sul mas a responsabilidade sobre a sua salvaguarda pertence a todo o mundo”.

(Revista “Time” em: “Brincando com Fogo”. 1989)

A Amazônia descoberta pelos espanhóis no final do século XV, conquistada, mantida e desbravada por luso-brasileiros ao longo desses quase quatro séculos, ainda hoje se apresenta como o grande desafio para a nação brasileira.

O Brasil, detentor majoritário das terras amazônicas, passou a ser constantemente questionado pelas lideranças das grandes potências, em especial os Estados Unidos da América, pela mídia internacional e por organizações não-governamentais, aparentemente com interesse^s relacionados à proteção do meio ambiente e à preservação das comunidades indígenas, sobre a ocupação da região e a exploração de suas riquezas.

O estabelecimento da “Nova Ordem Mundial” trouxe em seu bojo a “globalização” e com ela o novo conceito de “sistema de soberanias limitadas”, que aplicado sobre as áreas do planeta e sob os mais variados pretextos, vai de encontro ao tradicional conceito de Estado nacional soberano. Neste cenário, a Amazônia e seus vastos recursos naturais passariam a ser considerados como “Patrimônio da Humanidade”.

Portanto, se o Brasil deseja preservar-se como Estado nacional soberano deverá estar preparado para enfrentar e ser capaz de repelir toda e qualquer ameaça externa.

Para isso, é de fundamental importância que o País disponha de um Poder Militar, em termos de recursos humanos e materiais, compatível com a sua dimensão, não apenas observando as nossas necessidades presentes, mas, principalmente, levando-se em consideração as nossas potencialidades.

Assim, o presente trabalho tem como escopo apresentar o dimensionamento do Poder Naval na Amazônia, pautando-se nos seguintes tópicos: a missão da Marinha do Brasil na região, os meios existentes e a capacidade necessária, e a questão orçamentária.

Inicialmente, os três primeiros capítulos apresentam as características e as riquezas da exuberante região amazônica, que no início do seu desbravamento foi comparada a um novo "Eldorado", ponto de partida para as constantes demonstrações de cobiça por parte da comunidade internacional. Destaca ainda as vulnerabilidades existentes na região e procede-se a análise dos fatores de tensão que poderão, em futuro não muito distante, vir a constituir-se em ameaças à região. Finalmente, mostra a ocupação e o desenvolvimento da região, bem como as ações governamentais, levadas a termo, com o propósito de integrar decisivamente a Amazônia ao complexo econômico nacional.

A presença da Marinha é apresentada no capítulo 4, abordando-se, de uma forma balanceada, alguns fatos históricos, a missão, o Comandante do 4º Distrito Naval, os meios existentes, e a capacidade para realizar operações ribeirinhas, de defesa de porto e ações de patrulha.

No capítulo 5, são descritas as sistemáticas do Planejamento de Defesa Nacional e do Planejamento de Alto Nível da Marinha, que em conjunto com as limitações apresentadas no capítulo anterior, permite chegar a uma sugestão para o dimensionamento do Poder Naval. Apresenta, também, os aspectos relacionados ao

Orçamento, em especial o da MB, que condicionará a adequação daquela proposta de dimensionamento da Força, de modo a fazer frente às vulnerabilidades estratégicas constatadas.

O trabalho encerra-se com algumas considerações sobre os assuntos abordados.

CAPÍTULO 1

AMAZÔNIA BRASILEIRA: CARACTERÍSTICAS E RIQUEZAS

O Ambiente Amazônico

A Amazônia, segundo a visão da Professora Therezinha de Castro¹, se caracteriza por um conjunto de fenômenos correlacionados entre si, conferindo-lhe uma certa unidade. Possui como principais características a elevada dimensão territorial, a rica diversidade de recursos naturais, a dispersa e escassa ocupação populacional e a maior bacia navegável do planeta. Esse valioso patrimônio é bastante diversificado em sua natureza.

A chamada “Pan-Amazônia” envolve nove países sul-americanos — Brasil, Venezuela, Colômbia, Bolívia, Peru, Equador, Suriname, Guiana Francesa e Guiana, com fronteira internacional de onze mil km e costa atlântica de 1.800 km. O Professor Samuel Benchimol² apresenta esse espaço geográfico como a vigésima parte da superfície terrestre, quatro décimos da América do Sul e três quintos do Brasil. No seu interior, está contido um quinto da disponibilidade mundial de água doce e um terço das reservas mundiais da floresta latifoliadas. Em contraste, essa imensidão de terras, águas e florestas abrigam apenas dois e meio milésimos da população mundial.

A porção brasileira, conhecida como “Amazônia Legal”, foi criada pela Lei n.º 1806, de 6 de janeiro de 1956, e teve seus limites definidos em Decreto-Lei n.º 5173, de 27 de outubro de 1966, e Lei complementar n.º 31, de 11 de outubro de 1977. Extrapolando os limites políticos da Região Norte, engloba uma área de

¹ Bacharel e Licenciada em Geografia e História pela Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (atual Universidade Federal do Rio de Janeiro).

² Bacharel pela Universidade do Amazonas, Mestrado em Sociologia e Economia por *Miami University* e Doutor em Direito pela Universidade do Amazonas e Professor Emérito desta Universidade desde 1998.

aproximadamente cinco milhões km², o que representa cerca de 61% do território brasileiro. Compreende os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima, e áreas limítrofes dos estados do Maranhão, Mato Grosso e Tocantins.

Esta considerável extensão territorial é caracterizada por uma grande depressão de terras equatoriais formando vasta planície, encaixilhada pelas orlas orográficas do Planalto Central do Brasil e do Maciço das Guianas, afinando-se para leste e com limite oeste o traçado semicircular da Cordilheira dos Andes. É dividida pelo equador terrestre, que deixa sua menor e mais acidentada parte ao norte.

No espaço amazônico predomina o clima quente-úmido bem regular, com média térmica anual em torno de 30°C e a umidade do ar em torno de 80%. Essas características, associadas à singularidade da floresta contínua e ao sistema hidrográfico profuso, desmente a calúnia levantada sobre o seu clima. Fato que, em parte, estava aliado ao significado da palavra grega “*trópikós*”, que trazia em si o sinônimo de sol ardente, onde os seus efeitos seriam causados pelo meio cósmico³.

Outra importante particularidade da Amazônia está relacionada à sua cobertura vegetal, cerca de 70% da região, que se destaca pela dimensão, pela pujança e pelo valor. A Floresta Amazônica ou a Hiléia brasileira é bastante fechada, úmida, sombria e eternamente verde. Ela pode se apresentar em três modalidades principais:

- a mata de terra firme, ou “*caa-etê*” na linguagem indígena, é o “*habitat*” das árvores de grande porte. Apresenta grande biomassa e enorme biodiversidade. Esse tipo de mata é predominante nas regiões dos rios de alto curso;
- a mata das várzeas, localizada nos terrenos baixos alcançados pelas enchentes anuais. Tem como característica as árvores de pequeno porte. Normalmente, é

³ CASTRO, Therezinha de. **Rumo à Amazônia – problemática Geopolítica**. Rio de Janeiro, Unigraf, 1998.

encontrada junto aos rios de médio e baixo curso; e

- a mata de igapó, conhecida também por “caa-igapó”, simbolizada pela vitória-régia, ocorre com menos frequência na região. Está permanentemente inundada e é encontrada comumente nos rios de baixo curso.

A floresta não é só um dos aspectos mais marcantes da Amazônia. A Bacia Hidrográfica Amazônica ou Império das Águas⁴, com cerca de 15% da reserva de água doce do planeta Terra, é constituída por um emaranhado de rios, igarapé, furos e lagos. Ocupa uma área de aproximadamente 4,8 milhões km² e possui a maior malha hidroviária do mundo com mais de onze mil milhas de vias navegáveis, imprescindível ao desenvolvimento sócio-econômico da região.

Essa malha hidrográfica apresenta peculiaridades básicas: a extensão dos afluentes da margem direita, normalmente, maior do que os da margem esquerda; a qualidade das águas — pretas (rio Negro), claras (rio Tapajós) e barrentas (rio Amazonas); e a defasagem entre os regimes de cheias e vazantes. Na realidade, há uma diferença de seis meses entre o máximo das precipitações da parte situada ao norte e a parte ao sul do equador.

As peculiaridades acima aduzidas corroboram a assertiva de que a “Amazônia é água e o rio é rua”⁵. Nesse cenário, o rio Amazonas destaca-se como o eixo principal da Bacia Amazônica, que auxiliado por seus afluentes, cumpre o importante papel de integração das áreas e das comunidades ribeirinhas.

Neste aspecto, vale ressaltar as enormes distâncias que separam as diversas cidades, portos e ancoradouros dessa região, naturalmente, decorrente do imenso espaço físico, em cuja penetração o uso dos rios ampliou as fronteiras. Para exemplificar,

⁴ Impérios das Águas, expressão utilizada em: SILVA, Roberto Gama e. Amazônia Brasileira. *Revista Marítima Brasileira*. Rio de Janeiro, v. 120, n.1/3, p.89-107, jan./mar. 2000.

⁵ Expressões empregadas em: LUZ, Sérgio Porto da. A Amazônia brasileira. *Revista do Clube Naval*, Rio de Janeiro, n.285, p.34-41, abr./jun.1992.

mencionam-se, a seguir, algumas distâncias:

- a) Manaus – Tabatinga: 890 milhas náuticas (mn);
- b) Belém – Boca do Acre: 2106 mn;
- c) Manaus – São Gabriel da Cachoeira: 850 mn ; e
- d) Belém – Manaus: 947 mn.

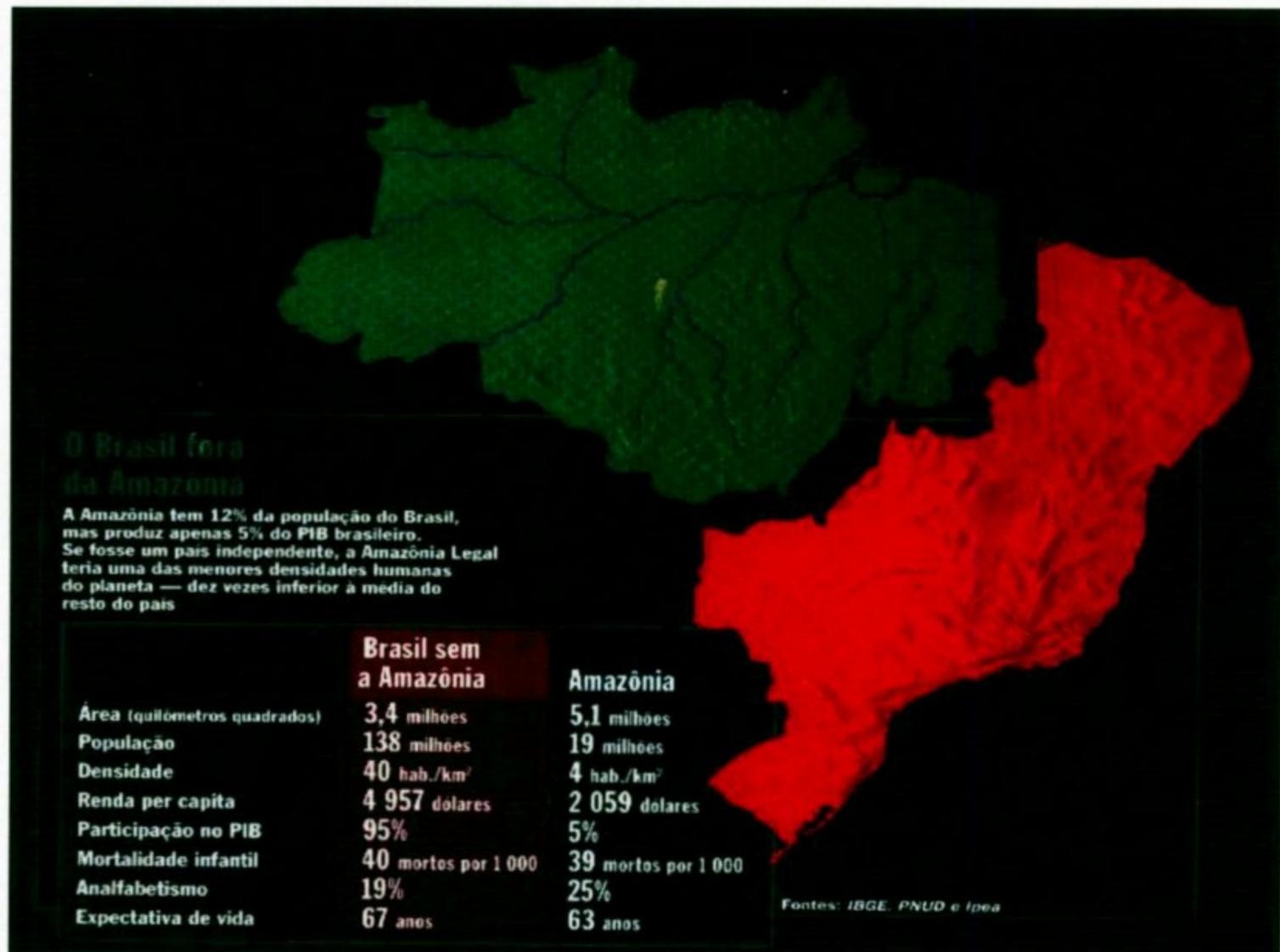


Figura 1 – CARACTERÍSTICAS DA AMAZÔNIA

É nesse ambiente, constituído por uma floresta gigantesca, recortada por uma rede hidrográfica fantástica, que se escondem riquezas incomensuráveis.

Patrimônio Amazônico

O patrimônio amazônico é bastante diversificado em sua natureza, conforme foi mencionado anteriormente. Em um rápido delineamento do potencial da região, salta aos olhos a primazia da biodiversidade, traduzida pela totalidade dos recursos vivos ou

biológicos, bem como os recursos genéticos e seus componentes.

Entretanto, a riqueza da Amazônia não se limita apenas ao seu grandioso manancial biogenético. O potencial pesqueiro e a adequabilidade da região à piscicultura são ofertas concedidas pelas águas de sua bacia hidrográfica. Em simultaneidade com esse conjunto de aptidões, a energia cinética das águas pode ser aproveitada para a geração de energia elétrica. As hidrelétricas de Tucuruí¹ e de Balbina² são bons exemplos da vocação energética da área.

Da mesma forma, o subsolo é riquíssimo, contando com várias províncias minerais e minas esparsas, distribuídas pelos estados de Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima, como por exemplo: ouro, ferro, manganês, bauxita, cobre, caulim, cassiterita, nióbio (comprovadamente a maior reserva do mundo, localizada em São Gabriel da Cachoeira, alto rio Negro) e outros minérios nobres e raros. Destaque especial merecem as províncias minerais de Carajás e Surucucu. Na primeira, situa-se a maior reserva mundial de ferro. Nela são encontrados, também, o ouro, o cobre e o níquel. Em Surucucu, junto com o ouro, há o diamante, a cassiterita, a prata, o molibdênio e minerais radioativos.

As reservas de petróleo e gás natural mostram-se economicamente rentáveis, com destaque para a região petrolífera do rio Urucu, localizada no município de Coari, no estado do Amazonas, que processa por dia sessenta mil barris de óleo, seis milhões m³ de gás natural e mais de mil toneladas de gás liquefeito de petróleo (GLP – gás de cozinha)⁶.

A mais recente fonte de recursos da Amazônia está relacionada com o turismo ecológico, atividade econômica em expansão no mundo inteiro. O potencial da região

⁶ Informação contida em: BARBOSA, Gustavo. O sonho amazônico. *Revista Petrobrás*, Rio de Janeiro, n.69. abr. 2000.

para o chamado “ecoturismo” dispensa comentários, todavia, deve-se ter em mente que a duração da exploração dessa atividade será proporcional a capacidade dos brasileiros em conservar a Amazônia⁷.

Como se pode notar, a região amazônica apresenta um imenso cenário de riquezas minerais e vegetais, em decorrência não poderia deixar de ser objeto de cobiça, como será visto a seguir.

⁷ SILVA, Roberto Gama e. Amazônia Brasileira. **Revista Marítima Brasileira**. Rio de Janeiro, v. 120, n.1/3, p.89-107, jan./mar. 2000.

CAPÍTULO 2

A AMAZÔNIA E A COBIÇA INTERNACIONAL: VULNERABILIDADES E FATORES DE TENSÃO

Não é de hoje que a Amazônia é vista com outros olhos pela comunidade internacional.

A partir da metade do século XVI, com a divulgação na Europa das lendas do novo “Eldorado”⁸, foram empreendidas na região várias expedições espanholas, que redundaram em fracasso. Assim, o interesse por essas terras inóspitas foi desaparecendo, principalmente, em face da promissora parte andina do Pacífico, rica em prata.

Seguiram-se as explorações franceses, ingleses e holandeses, na tentativa de dominar a foz do rio Amazonas. Portugal, percebendo a ameaça dos invasores, assumiu o papel de dono das terras⁹ e iniciou a ocupação da Amazônia. O domínio português nesta extensa área foi confirmado pelo Tratado de Madrid, assinado entre Portugal e Espanha em 1750, pela aplicação do princípio internacional “*uti possidetis*”.

Em 1849, Matthew Fontaine Maury, Chefe do Observatório Naval de Washington e membro da *American Geographic Society*, propalou sua teoria de que o Golfo do México e a Amazônia faziam parte de um único complexo geográfico e, portanto, o rio Amazonas não passava de um prolongamento do rio Mississipi. Com base nesse princípio, William L. Herdom e L. Gibson, dois oficiais da Marinha americana, em missão autorizada pelo Secretário da Marinha dos Estados Unidos da América (EUA),

⁸Um grande e riquíssimo reino que existiria a montante daquele rio chamado *Rio Grande de la Mar Dulce* ou *Marañon*. SCAVARDA, Levy. História da Flotilha do Amazonas. **Revista Marítima Brasileira**. Rio de Janeiro, n.10/12, p.3-85, out./dez. 1968.

⁹À época, as coroas portuguesas e espanholas estavam unidas. ALBUQUERQUE, Antonio Luiz Porto e. **História do Brasil**. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1985.

partiram para a Bacia Amazônica em busca de novos conhecimentos geográficos e científicos, objetivando estudar as condições de navegabilidade do “Grande Rio” e verificar a possibilidade da região acolher os negros americanos¹⁰.

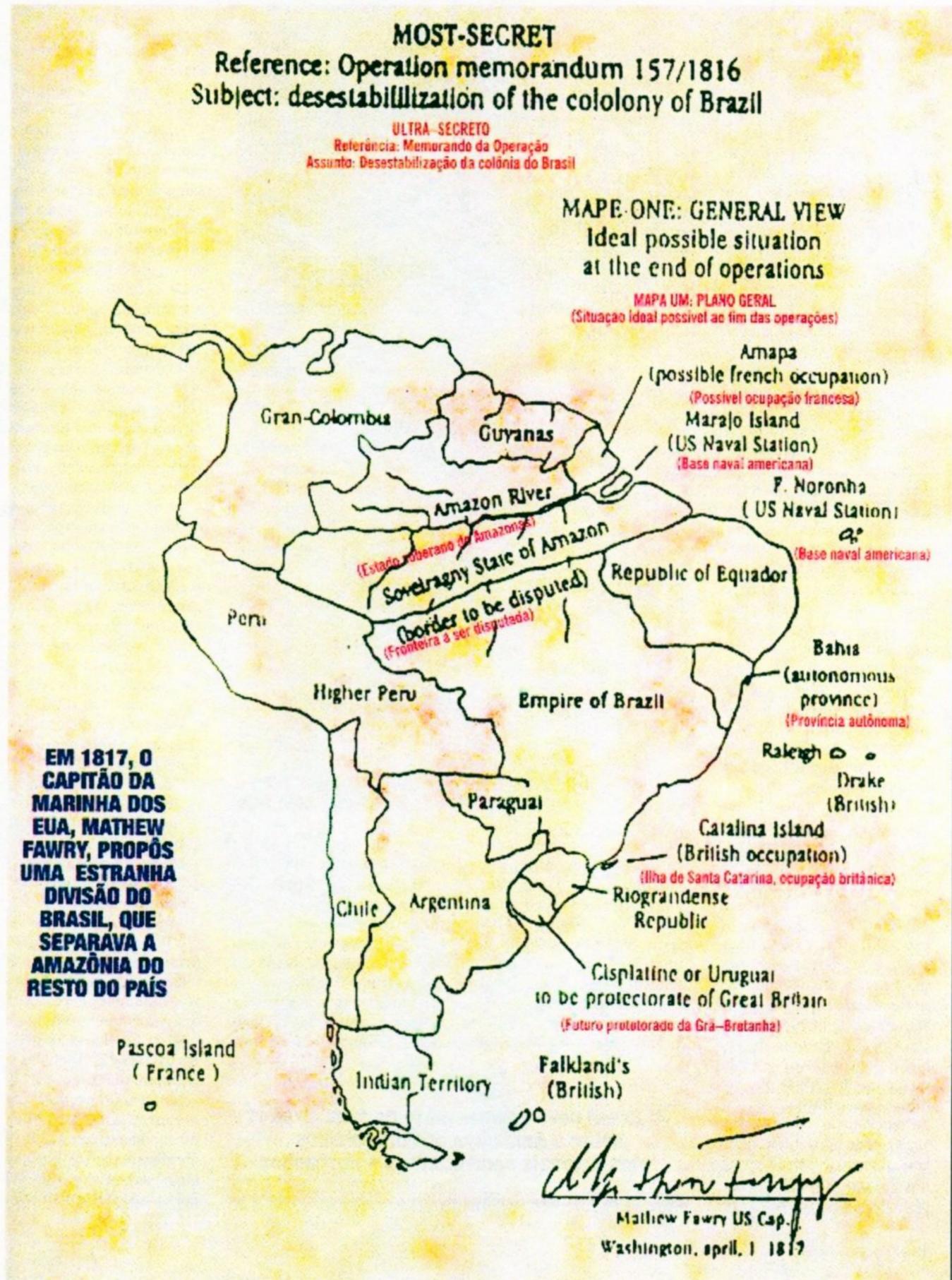


Figura 2- DESESTABILIZAÇÃO DA COLÔNIA DO BRASIL

¹⁰ Esse fato, talvez, tenha sido o real objetivo da expedição. À época, os americanos enfrentavam os problemas surgidos com a abolição. Assim, seria criada a “República Amazônica”. DIEGUES, Fernando Manuel Fontes. O Poder Naval e a problemática da Amazônia. **Revista Marítima Brasileira**. Rio de Janeiro, v. 1/3, p. 95 – 117, jan./mar. 1973.

Com o envolvimento do Brasil nas questões do Prata, os norte-americanos, em 1855, voltariam a pressionar o governo brasileiro com o objetivo de obterem a livre navegação da Bacia Amazônica. A firme reação de D. Pedro II manteve, até 1867, a Amazônia fechada à navegação.

Ao final do século XIX, várias expedições estrangeiras estiveram na região, supostamente em caráter científico. Em uma delas, o “naturalista” Henry Alexandre Wickman conseguiu contrabandear uma enorme carga de sementes de seringueira. Este fato subtraiu do Brasil o monopólio da produção da hévea, causando o colapso econômico da região¹¹. Ainda neste período, ocorreu a tentativa do “*Bolivian Syndicate*”¹² no sentido de administrar a região do atual estado do Acre.

Durante as décadas de 1940-1960, dois bons exemplos do interesse internacional na região podem ser citados: o planejamento, pela Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), da criação do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica e o mirabolante Projeto dos Grandes Lagos¹³.

O interesse pela Amazônia cada vez mais ficou evidente, ampliando as ameaças à

¹¹ REIS, Arthur Cezar Ferreira. **A Amazônia e a cobiça internacional**. Rio de Janeiro. Companhia Editora Americana, 1973.

¹² Pela impossibilidade da Bolívia conservar o território do Acre sem auxílio de capitais estrangeiros, surgiu a idéia da constituição de um sindicato internacional, o “*Bolivian Syndicate*”. O contrato, inspirado em outros de sociedades idênticas da África e da Ásia, protegidas pela Grã-Bretanha, previa a administração fiscal, a cobrança de impostos, direitos alfandegários, de conformidade com as leis bolivianas e, inclusive, o uso da força para assegurar todos aqueles direitos e privilégios. Pelas ações de Rio Branco, em Berlim, na esfera diplomática, e a patriótica ação de Plácido de Castro e seus seringueiros, no campo de batalha, fizeram com que a Bolívia reavaliasse a questão e reincidisse o contrato com o sindicato. Como forma de pressão, ressalta-se a concentração de 3 mil soldados do Exército em Mato Grosso e no Amazonas, além da Força Naval às ordens do Alte Alexandrino de Alencar. SCAVARDA, Levy. História da Flotilha do Amazonas. **Revista Marítima Brasileira**. Rio de Janeiro, n.10/12, p.3-85, out./dez. 1968.

¹³ O Instituto Internacional da Hiléia Amazônica apresentado como um inocente órgão de pesquisa com objetivo de orientar, apoiar, centralizar e difundir os estudos científicos da área, mas, na verdade, era uma porta para a internacionalização da Amazônia. Por ação de Arthur Bernardes, o Congresso Nacional rejeitou este projeto. O Projeto dos Grandes Lagos consistia na construção de sete lagos na Amazônia com o objetivo oficial de facilitar a navegação fluvial do Brasil com outros países amazônicos. MATTOS, Adherbal Meira. **Amazônia – outros estudos**. Belém. CEJUP, 1991.

soberania brasileira, principalmente após o levantamento aerofotogramétrico realizado pelo Projeto RADAM e, mais recentemente, com o avanço das técnicas de sensoriamento remoto, permitindo aos satélites constatar as potencialidades da região. Hoje, alguns estudiosos consideram-na a última e mais rica fronteira econômica do planeta.

Nesse complexo cenário, surgiram, também, as Organizações Não-Governamentais (ONG), nacionais e internacionais, muitas delas utilizando-se das questões ambiental e indígena como instrumentos políticos para esconder suas reais intenções sobre a região.

A partir de 1980, seguiu-se a apresentação de “teses” difamatórias contra o Brasil, no sentido de obter o reconhecimento da opinião pública internacional de que “a Amazônia é um bem comum de toda humanidade”. Valendo-se dessa frase de efeito, renomadas autoridades governamentais, a mídia internacional, e até mesmo brasileiros venderam a idéia de que o Estado brasileiro não teria competência para gerir a Amazônia. A seguir, são transcritas algumas dessas afirmações:

- “Se os países subdesenvolvidos não conseguem pagar suas dívidas, que vendam suas riquezas, seus territórios e suas fábricas”. (Margaret Thatcher, Primeira-Ministra da Inglaterra, Londres, 1983);

- “Ao contrário do que os brasileiros pensam, a Amazônia não é deles, mas de todos nós”. (Al Gore, Vice-Presidente dos EUA, Washington, 1989);

- “O Brasil precisa aceitar uma soberania relativa¹⁴ sobre a Amazônia”. (François Mitterrand, Presidente da França, Paris, 1989);

- “Populações indígenas são massacradas. A ocupação da Amazônia é filha da ditadura”. (Luiz Inácio Lula da Silva, em “Cara Amazônica”, Milão, Itália, 1989);

¹⁴ Ainda nesse capítulo será apresentado o conceito de “Soberania Relativa”.

- “O Brasil deve delegar parte de seus direitos sobre a Amazônia aos organismos internacionais competentes”. (Mikhail Gorbachev, Presidente da Rússia, Moscou, 1992);

- “A Amazônia é patrimônio da humanidade. A posse desse imenso território pelo Brasil, Venezuela, Colômbia, Peru e Equador é meramente circunstancial”. (Conselho Mundial das Igrejas Cristãs, Genebra, 1992);

- “As nações desenvolvidas devem estender o domínio da lei ao que é comum a todos no mundo. As campanhas ecológicas internacionais que visam à limitação das soberanias nacionais sobre a região amazônica estão deixando a fase propagandística para dar início à fase operativa, que pode definitivamente ensejar intervenções militares diretas sobre a região”. (John Major, Primeiro-Ministro da Inglaterra, Londres, 1992);

- “A liderança dos Estados Unidos exige que apoiemos a diplomacia com a ameaça da força”. (Warren Christopher, Secretário de Defesa dos EUA, Washington, 1995); e

- “Os países em desenvolvimento com imensas dívidas externas devem pagá-las em terras, em riquezas. Vendam suas florestas tropicais”. (George W. Bush, candidato à presidência dos EUA, em debate com Al Gore, Washington, 2000).

Parece oportuno ressaltar que as investidas de governos e ONG sobre a região amazônica, até o ano de 1980, tinham como propósito pressionar o Brasil a autorizar-lhes a exploração de seus recursos naturais. Nesses últimos vinte anos, o enfoque da atuação estrangeira modificou-se, passando a pressionar os Estados amazônicos no sentido de imobilizar as ações governamentais na região, em especial as do Brasil, de modo a impedir a ocupação e a exploração dos seus recursos por seus próprios cidadãos.

Neste pequeno retrospecto histórico, fica evidente que a Amazônia vem sendo percorrida por aventureiros e estudiosos do mundo inteiro, ao longo dos séculos. Isso

não acontece apenas por sua posição estratégica, mas por seu incomensurável potencial mineralógico, de suas reservas de água potável e dos recursos ainda indevassados de sua biogenética. As grandes potências sabem que a Amazônia tem potencialidades para viabilizar o Brasil.

Vulnerabilidades e Fatores de Tensão

Com o fim da Guerra Fria e o estabelecimento de uma nova ordem mundial, surge o processo denominado de “globalização”, consequência emblemática imposta pelo sistema financeiro internacional ao mundo, na busca de caminhos para se manter a atual repartição da renda mundial, ou concentrá-la ainda mais na direção dos países industrializados.

Essa concepção, segundo o Prof. Marcos Coimbra¹⁵, é um apelido moderno para o neocolonialismo e ainda não está perfeitamente compreendido e aceito por grande parte dos Estados, devido às desconfianças quanto a possíveis alterações no conceito de Estado nacional soberano, estabelecido no século XIX.

Dentro desse processo, os princípios fundamentais de soberania e autodeterminação perdem, cada vez mais, espaço para os chamados “Interesses Coletivos da Humanidade”, onde o segmento internacional mais poderoso sobrepuja o nacional. Em outras palavras, as grandes potências querem impor a chamada “Soberania Relativa ou Limitada ou Compartilhada” às demais nações em nome do bem comum da humanidade.

Os “temas transnacionais” da agenda diplomática, tais como: meio ambiente; tráfico de drogas; direitos humanos; migrações e a não-proliferação de armas nucleares

¹⁵ Professor Titular de Economia junto à Universidade Candido Mendes, Professor na UERJ e Conselheiro da ESG. In: COIMBRA, Marcos. Efeitos da Globalização. Texto obtido no endereço <http://www.Revision.com.br>. Em 11 de junho de 2002.

trazem em seu bojo, como não poderia deixar de ser, discussões acerca de suas conseqüências sobre o conceito de soberania, suscitando indagações sobre as responsabilidades que caberia ao Estado ou à comunidade internacional.

O conceito de “soberania limitada” serve como pano de fundo para respaldar o “direito de ingerência” pelas grandes potências, capitaneada pelos EUA, de intervir em regiões onde além de não existir uma efetiva ocupação humana, constituem-se em reservas ecológicas, no entendimento daquelas sociedades mais desenvolvidas, e que, modernamente, passaram a ser consideradas como primordiais para a sobrevivência humana.



Figura 3 - MAPA MOSTRADO NAS ESCOLAS NORTE-AMERICANAS.

Fonte: Revista VEJA - Especial Amazônia

Obs: após protestos do nosso MRE, junto ao Governo americano, este fato foi desmentido.

Alguns trechos do livro “Seja feita a vossa vontade”¹⁶, revelam muito bem pontos característicos do conceito de “Soberania Limitada”.

¹⁶ O livro conta a história de dois homens, um herdeiro de um império petrolífero e o outro um líder protestante, cada um movido por um interesse, dedicaram-se a uma das mais complexas e espetaculares empreitadas: conquistar a Amazônia. Por trás do esforço para concretizar seus objetivos, formou-se uma rede de interesses políticos e econômicos, que redundaram em um dos episódios mais escandalosos da política imperialista americana, com ataques à natureza, genocídios, exploração predatória de riquezas naturais e espionagem. COLBY, Gerard e DENNETT, Charlotte. **Seja feita a vossa vontade**. Editora Record. Rio de Janeiro, 1998.

"No caso da Amazônia tais disfarces estão embutidos nas mistificações ambientalistas, nas hipocrisias rotuladas de direitos humanos e nas distorções conceituais sobre reservas indígenas para encobrir as políticas de exploração econômica que têm sido tratadas, com apoio nos meios de comunicação de massa...criar um estado coletivo de passividade ou alienação que favorece a penetração dos poderes externos hegemônicos com seus planos de novo tipo de colonização.

[...] Atualmente a colonização se efetiva pela invasão cultural. Portanto, uma globalização pela imposição de padrões de pensar e agir... Esse novo tipo de colonização dispensa as conquistas de territórios pela força, substituída pela desconstrução das culturas nacionais que corrói as condições de preservação do poder nacional, visando eliminar o Estado nacional ...

[...] Este é o caso do Brasil e, por via de consequência o da Amazônia, dado que é ela parte comum, do ponto de vista geofísico, de outros oito países no continente sul-americano. Parte comum maior que a superfície dos Estados Unidos, e com recursos minerais críticos e estratégicos (incluindo a água) e da biodiversidade de que carecem os países do Pacto do Atlântico, cuja expressão militar é a OTAN".

Como era de se esperar, a Amazônia, nas últimas décadas, vem crescendo em importância estratégica no contexto mundial. Sua importância geopolítica e a gama de recursos naturais que possui, foram e ainda são motivos de cobiça de potências estranhas a ela, como foi visto anteriormente. Porém, a despeito do fascínio que sempre exerceu, a Amazônia vive preterida diante do esforço de desenvolvimento do País.

Tal fato é fácil de perceber pela sua problemática intrínseca, evidenciada nas seguintes vulnerabilidades estratégicas¹⁷: as baixas densidades demográficas, concentrando a população em poucos centros urbanos; a complexidade do controle dos tráfegos aéreo, terrestre e fluvial; e a fraca presença do Estado na área¹⁸, principalmente nas regiões de fronteira, dificultando o controle das reservas indígenas, das ações de bandos armados, alguns associados a ilícitos transnacionais, da pesquisa e exploração

¹⁷ As "Vulnerabilidades estratégicas" são pontos em que um país é vulnerável à ação de um inimigo externo qualquer, onde uma agressão armada pode causar dano considerável ou de difícil reparação e totalmente desproporcional ao esforço feito- pode ser usado em proveito para a definição do poder militar. São, em geral, consequência da geografia ou evolução histórica do país (fatores geopolíticos). VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira. Reflexões sobre o Poder Naval no contexto atual. In: CONFERÊNCIA NAVAL INTERAMERICANA, 18. 1996, Itaipava. **Palestra.**

¹⁸ Área de extensão equivalente à metade do território brasileiro, fazendo fronteira terrestre de cerca de 7,5 mil km com sete países de diferentes matizes sócio-político-econômico.

dos recursos naturais e da preservação do meio ambiente. Esses elementos, por si só, tornam a região amazônica vulnerável, tanto à manutenção da integridade territorial quanto à soberania nacional.

Adicionalmente, observa-se uma verdadeira orquestração, em especial dos países desenvolvidos, para desnacionalizar a Amazônia, utilizando-se da exploração de temas de interesse como: narcotráfico; meio ambiente e biotecnologia; atuação das ONG e das missões religiosas; e questão indígena, que, em última análise, visa a formar um sentimento de que a Amazônia deveria pertencer à humanidade e que o Brasil, no caso da porção brasileira, não demonstra competência para preservá-la.

Apresentam-se a seguir algumas considerações a respeito dos assuntos acima mencionados para que se compreenda a importância de cada um deles no cenário amazônico.

O problema do narcotráfico tem recebido um tratamento especial na agenda dos debates internacionais. A pressão exercida pelos países desenvolvidos, que são grandes consumidores de drogas, junto aos países produtores na América do Sul, de forma a reprimir a produção e a exportação de drogas, é crescente, como no caso da Colômbia.

O Brasil se insere nessa problemática por ser rota de distribuição para os mercados consumidores da Europa e dos EUA. A instabilidade política, aliada às crises econômicas dos países da fronteira oeste do Brasil, em especial a Colômbia, favoreceu ao surgimento de movimentos revolucionários que, para financiar suas atividades, utilizam-se, basicamente, do tráfico de drogas como fonte de recursos.

As ações de combate ao narcotráfico na Colômbia¹⁹ poderão ter reflexos sobre o Brasil de diversas maneiras, como por exemplo: a transferência do cultivo das

¹⁹ São ações conduzidas com o apoio econômico e militar (nas áreas de inteligência, adestramento e material) em termos definidos no chamado "Plano Colômbia" formulado pelo governo norte-americano.

plantações de coca para o Brasil, ainda que o clima da região seja pouco favorável; o homizio de guerrilheiros; e os prejuízos ao meio ambiente, causados pela fumigação das plantações.

A ecologia e a biotecnologia formam a chamada questão da preservação ambiental, que assumiu nos últimos anos enormes dimensões. A consciência mundial, por intermédio de diferentes formas de pressão, impõe uma nova atitude de proteção ao meio ambiente, à custa de valores humanos, econômicos e sociais.

A biotecnologia é uma ciência que pode interferir em todas as formas de vida, por isso, é considerada estratégica. Entretanto, a biodiversidade é uma riqueza disponível em um grande número de nações em desenvolvimento, como é o caso do Brasil, enquanto que a biotecnologia é propriedade dos países desenvolvidos. Em decorrência, surgem planos e sugestões de âmbito internacional para “salvar ou preservar” a Amazônia, mas não levam em conta a prerrogativa do governo brasileiro.

As atuações das ONG e das missões religiosas serão comentadas em conjunto, pois ambas têm como base temática para a sua existência objetivos supranacionais. As primeiras trabalham sob diversos enfoques, como: defesa e preservação do meio ambiente; os direitos humanos ou assistenciais; e os interesse científicos, enquanto que as missões, apoiadas na religiosidade, aventuram-se, basicamente, pelos campos assistenciais e humanitários²⁰, não deixando de ser, portanto, um tipo de ONG.

Estimam-se em 350 ONG e 53 Missões Religiosas atuando na Amazônia, custeadas com recursos financeiros, cuja origem nem sempre é conhecida e transparente. É provável que sejam provenientes de governos estrangeiros, que tenham interesses nos resultados advindo das atividades conduzidas por aqueles organismos.

²⁰ Há suspeitas que algumas delas atuam não só no campo assistencial e humanitário, mas, também, em atividades de pesquisas em áreas até agora desconhecidas.

Essas organizações são, pois, instrumentos de verdadeira guerra psicológica, com o intuito de mobilizar a opinião pública internacional no sentido de considerar o desenvolvimento da Amazônia como uma ameaça, principalmente, ao meio ambiente global, fato que tem causado problemas diplomáticos para o Brasil.

Outra questão relevante está relacionada à situação do índio amazônico. Na região amazônica, concentra-se cerca 62% da população indígena brasileira, ocupando uma área de aproximadamente 12% do território nacional, sendo a maior parte em região de fronteira. A política adotada pelo governo, até há poucos anos, era a de integração²¹ do índio à sociedade e, hoje, com a nova redação dada ao artigo 231 da Constituição Federal/88 (CF/88), inaugurou uma drástica modificação daquele princípio, passando, agora, a ser observada uma postura de segregar o índio com o pretexto de preservar sua cultura.

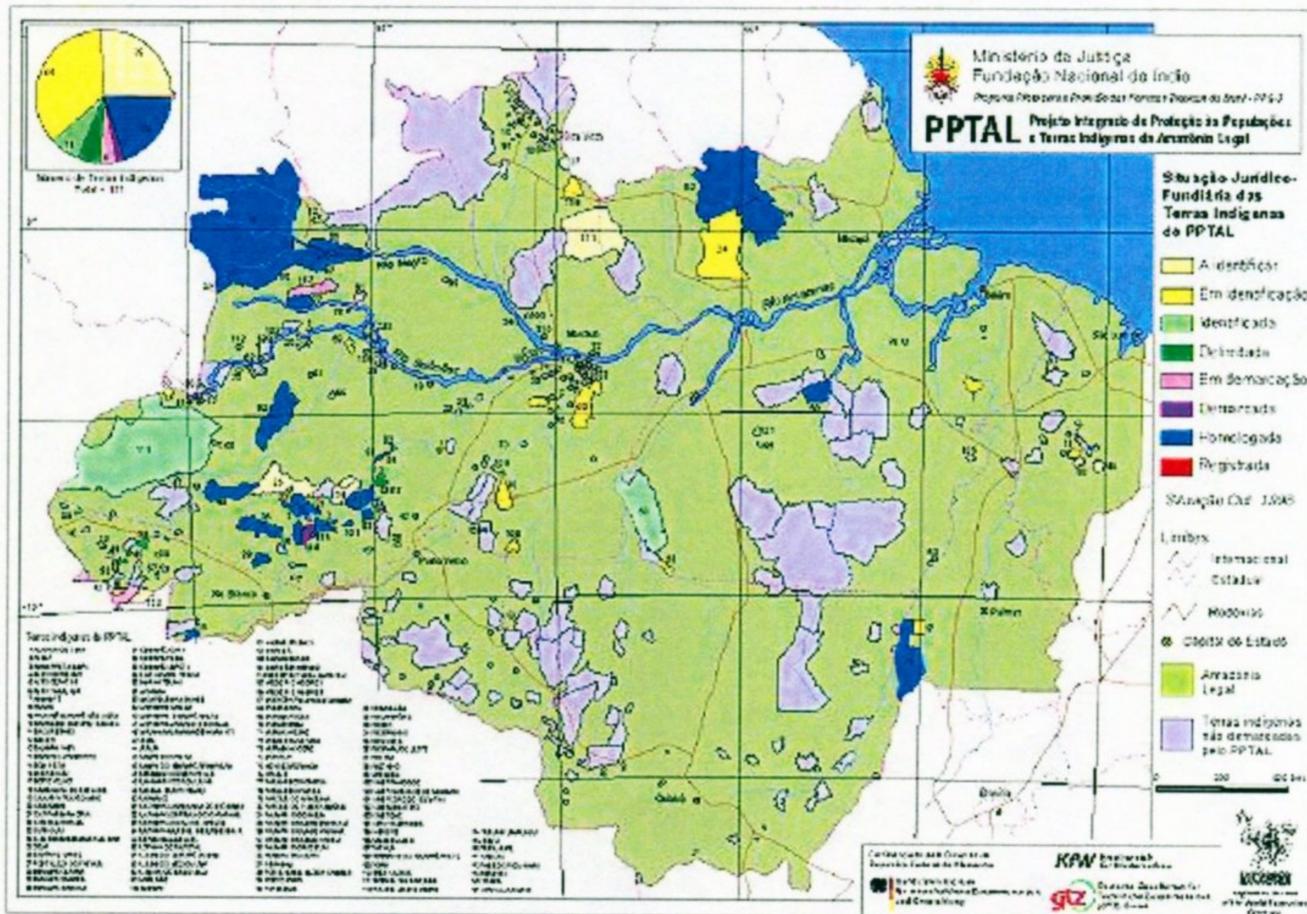


Figura 3 - DEMARCAÇÃO DE TERRAS INDÍGENAS

²¹ Comparando a distribuição de índios por área de ocupação no Brasil e nos EUA, têm-se os seguintes n.º: 1 índio/ 8 km², no caso brasileiro e 49 índios/ km², no caso norte-americano. A política de integração – base para a Lei 6001/73, o Estatuto do Índio – guardava coerência obrigatória com a Convenção n.º 107/57 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que prescrevia uma orientação “protetora e integradora” dos indígenas à população do País. CASTRO, Therezinha de. **Rumo à Amazônia – problemática Geopolítica**. Rio de Janeiro, Unigraf, 1998.

Adicionalmente, a delimitação e a demarcação de terras públicas, mesmo as “tradicionalmente ocupadas pelos índios”, como é o caso da reserva Ianomâmi²², contraria a CF/88 no que dispõe o artigo 20 §2º, tendo em vista que “da faixa de até 150 km de largura ao longo das fronteiras terrestres, designada como faixa de fronteira, é considerada como fundamental para defesa do território nacional e sua ocupação e utilização serão reguladas em lei”.

Por outro lado, a formação de “nações indígenas” não se baseia, primordialmente, nas precárias condições de vida existentes em algumas tribos, como apregoa diversas ONG. Na verdade, a defesa dessas “nações” é fruto do grande potencial mineral, em especial o aurífero, existente em algumas reservas indígenas. Portanto, a sua concretização geraria, além do prejuízo econômico, a criação de quistos indesejáveis e atentatórios à integridade territorial do país.

Como foi visto, a Amazônia vive, hoje, sérios problemas que poderão, em futuro não muito distante, vir a se constituir em ameaças à região, o que tem atraído a atenção governamental, em particular, das Forças Armadas.

²² A reserva Ianomâmi tem uma área de 9,4 milhões de hectares. As "terras indígenas" já identificadas ultrapassam uma área gigantesca, acima de 950.000 km² na Amazônia Legal. Informação disponível em: <<http://www.novomilenio.inf.br/humor/0111f005.htm>>. Acesso em: 10 mai.2002.

CAPÍTULO 3

A OCUPAÇÃO DA AMAZÔNIA:

PRESENÇA MILITAR, POLÍTICAS E PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS

O esforço para integrar a Amazônia ao restante do País é muito antigo. Uma rápida retrospectiva histórica mostra, claramente, que a ocupação e o desenvolvimento desta região, desde o início de sua colonização, estão vinculados à presença militar:

- os portugueses, somente após a fundação do Forte do Presépio (1616), onde hoje se encontra a cidade de Belém, começaram a explorar a imensa foz e iniciaram os reconhecimentos rio acima. O Capitão Pedro Teixeira tornou-se o mais destacado explorador da Amazônia;

- o Governador das Províncias do Maranhão e Grão-Pará cria, em 1728, a Divisão Naval do Norte para exercer o controle do tráfego marítimo na foz do rio Amazonas;

- ao longo dos séculos XVII, XVIII e XIX, cerca de 37 fortificações²³ foram estabelecidas, cuja finalidade básica era ocupar a foz do rio Amazonas, defendendo-a das incursões estrangeiras;

- no início século XIX, as fronteiras terrestres estavam desguarnecidas e tampouco demarcadas, além de não se ter tratados de limites com as repúblicas lindeiras. Foi, então, instituída a colonização militar. As colônias militares, constituídas por um contingente militar e colonos civis, foram estabelecimentos destinados à proteção das fronteiras e à promoção do povoamento;

- D. Pedro II instituiu a Flotilha do Amazonas, em 1868, incluindo em sua missão a proteção das hidrovias fluviais; e

²³ Citam-se como exemplos os Fortes de São José de Macapá, São Joaquim (no Rio Branco), São Gabriel da Cachoeira, Marabitanas (no rio Negro), São Francisco Xavier de Tabatinga, Real Forte Príncipe da Beira (no rio Guaporé), Santo Antônio de Gurupá, Óbidos, Santarém e São José do Rio Negro. COELHO, Maria Célia Nunes. **A ocupação da Amazônia e a presença militar**. São Paulo. Atual Editora. 1988.

- as expedições e marchas realizadas, a partir de 1906, pelo Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, responsável pelas árduas tarefas de instalação de linhas telegráficas, construção de estradas e levantamentos topográficos, marca a presença do Exército.

Não obstante a participação militar nesse processo de ocupação, a integração da Amazônia no cenário nacional, também, tem sido, constantemente, atrelada ao desenvolvimento econômico. Nesse aspecto, o “ciclo da borracha”, por exemplo, proporcionou uma grande transformação sócio-econômica na região. Com o declínio da produção de borracha, grande parte dos trabalhadores dos seringais deixou a Amazônia, enquanto os remanescentes aventuraram-se na pecuária e na agricultura.

Na tentativa de revitalizar o extrativismo do látex, o governo Getúlio Vargas pôs em prática a política de integração do Brasil Central e da Amazônia ao restante do País²⁴. Logo a seguir, firma com os EUA os chamados “Acordos de Washington”, obtendo recursos para custear planos de produção de borracha natural, de modo a fazer da Amazônia a principal exportadora de borracha para o mercado mundial²⁵. No entanto, a despeito desta ação e de outras de menor porte, o aspecto geral do desenvolvimento amazônico apresentava-se, à época, um panorama de estagnação.

Com o estabelecimento do Governo militar, em 1964, resolveu-se intensificar as ações governamentais, no sentido de integrar decisivamente a região amazônica ao complexo econômico nacional, com aplicação de maiores recursos e incentivo à expansão industrial.

Em um primeiro momento, é executada, em 1966, a “Operação Amazônia”, com

²⁴ Conhecida como a “Marcha para o Oeste”. O Pres. Vargas, em visita a Manaus, pronuncia o que ficou conhecido como o Discurso do Rio Amazonas. “[...] Todo o Brasil tem olhos voltados para o Norte, com o desejo patriótico de auxiliar o surto de seu desenvolvimento.[...]”. CASTRO, Therezinha de. **Rumo à Amazônia – problemática Geopolítica**. Rio de Janeiro, Unigraf, 1998.

²⁵ Chamada de “A Batalha da Borracha” tinha como estratégia a migração de trabalhadores brasileiros, principalmente, nordestinos para os seringais que, em grande parte, se encontravam abandonados.

um vasto elenco de medidas que abrangia, além do esforço voltado para o crescimento econômico, a ocupação e colonização regional. Nessa fase, foram criadas a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM)²⁶ e a Zona Franca de Manaus²⁷.

Todavia, o sonho de transformar a Amazônia em um imenso celeiro agropecuário não havia sido esquecido. No ano de 1970, preparou-se o Plano de Integração Nacional, cujo propósito estava vinculado ao assentamento de famílias nordestinas²⁸, vitimadas pela seca, ao longo de dois grandes eixos rodoviários, um transversal, a Transamazônica, e outro longitudinal, a Cuiabá-Santarém. Não tardou muito para este plano ser abandonado, devido a diversos fatores como a complicação burocrática no processo de distribuição de terras e causas humanas e ecológicas desfavoráveis.

Apesar dos seguidos fracassos, a preocupação em integrar a Amazônia continuou a motivar outros programas como o POLOAMAZÔNIA e o POLONOROESTE²⁹.

No campo internacional, o Brasil idealizou, em 1978, um mecanismo de integração dos países pan-amazônicos para o desenvolvimento harmônico da região, denominado de Tratado de Cooperação Amazônico ou Pacto Amazônico, cujo texto consta do Anexo A. O seu preâmbulo justifica a sua existência pela necessidade da colaboração de todos na solução da problemática regional, ou seja, proporcionar o desenvolvimento e a preservação ecológica da área. Esse instrumento político-econômico pode ser considerado o primeiro marco para fazer frente à cobiça

²⁶ Substituiu a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), criada em 1953.

²⁷ Sua criação permitiria a transformação da cidade de Manaus em um pólo de atração econômica, mediante incentivos fiscais e privilégios financeiros.

²⁸ Para a execução dos assentamentos, é criado o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). CASTRO, Therezinha de. **Rumo à Amazônia – problemática Geopolítica**. Rio de Janeiro, Unigraf, 1998.

²⁹ O primeiro tinha como propósito a seleção de áreas e pontos como “pólos de desenvolvimento” estimulando as atividades agropecuárias e agrominerais, enquanto o segundo programa previa a colonização por empresários. Com isto, surgiram os grandes projetos, como: do Grande de Carajás, Jarí e do alumínio (vale do Trombetas). Idem 28.

internacional, que tem como propósito maior transformar a Amazônia em “patrimônio da humanidade”, ignorando a soberania dos países da região, conforme mencionado anteriormente.

O Tratado observa cinco princípios: a competência exclusiva dos Estados partícipes na proteção e no desenvolvimento regional; o respeito à soberania dos países signatários na utilização e na preservação de recursos naturais; a cooperação regional; o equilíbrio entre o desenvolvimento econômico e a preservação do meio ambiente; e a igualdade entre os países amazônicos. Entretanto, o Tratado não obteve muitos resultados, talvez pela desconfiança dos países signatários por uma eventual hegemonia brasileira. Conseqüentemente, os Estados partes optaram pela celebração de acordos bilaterais para valer seus interesses comuns.

O Governo Federal, devido aos poucos resultados alcançados pelo Pacto Amazônico, lança, em 1985, o Programa Calha Norte (PCN), com a participação de vários ministérios e órgãos governamentais para atender às necessidades básicas e imediatas³⁰ para a região.

O PCN ainda não conseguiu obter o apoio necessário de políticos e do próprio governo para sua plena consecução, talvez por ter sido estigmatizado como um programa militar. Atualmente, o Ministério da Defesa³¹ busca revitalizá-lo e desenvolver ações que contribuam efetivamente para as duas principais vertentes do programa: o desenvolvimento regional e a manutenção da soberania nacional e da integridade territorial.

³⁰ Manter a presença brasileira na área; ampliar e intensificar a ação da Fundação Nacional do Índios; intensificar as campanhas demarcatórias; ampliar a infra-estrutura viária; acelerar a produção de energia; incrementar a colonização; estimular a interiorização de pólos de desenvolvimento econômico; e ampliar a oferta de recursos sociais básicos. RECH, Arby Ilgo. **Programa Calha Norte: sua contribuição na segurança e no desenvolvimento da Amazônia**. Trabalho Especial (CAEPE) – Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia. Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, 1991.

³¹ Desde o seu lançamento, o PCN foi vinculado a diversos órgãos governamentais. Hoje, ele está subordinado ao Ministério da Defesa.

Contudo, o PCN deve ser entendido como um instrumento governamental arrojado e multidisciplinar, de considerável alcance social para os brasileiros, cujas presenças em áreas inóspitas é um fator importante para assegurar a jurisdição brasileira sobre a região.

Nota-se, portanto, que os vários programas voltados para a Amazônia não obtiveram os resultados esperados, devido à falta de entrosamento dos diferentes órgãos do governo e pela escassez de recursos.

Para otimizar a aplicação de recursos à região e harmonizar as ações setoriais dos órgãos federais, a então Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE/PR) desenvolveu estudos para a implantação de um sistema de coordenação, em nível nacional, que ao final desses estudos passou a denominar-se de Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM).

Em linhas gerais, o SIPAM tem capacidade de atuar na área de proteção ambiental e de reservas indígenas; na vigilância de fronteiras; na identificação e combate a atividades ilícitas; no apoio à navegação fluvial e no controle do tráfego aéreo; na ocupação e uso do solo; e nas atividades de pesquisa e desenvolvimento sustentável da região.

Para tal, o SIPAM está instrumentado pelo Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM)³², composto por três subsistemas: um de “Aquisição de Dados”, com sensores de última geração, destinados a coletar informações sobre o ecossistema, as condições climatológicas, os recursos minerais, os movimentos de aeronaves, as atividades ilícitas, entre outras; um de “Telecomunicações”, para transmissão por voz, texto, dados e

³² O Comando da Aeronáutica, por intermédio da Comissão para a Coordenação do Projeto do Sistema de Vigilância da Amazônia (CCSIVAM), é o encarregado pela implantação desse complexo sistema. AZEVEDO, Aprígio Eduardo de Moura. **SIPAM/SIVAM – Fator de integração e desenvolvimento da Amazônia Legal brasileira**. Monografia (CAEPE) – Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia. Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, 1997.

imagens; e um de “Tratamento e Visualização de Dados e Imagens”, com recursos computacionais necessários à integração e interpretação das informações adquiridas. No que concerne ao gerenciamento e a difusão dos dados, o SIVAM contará com um Centro de Coordenação Geral (CCG), em Brasília, e três Centros Regionais de Vigilância (CRV), em Manaus, Belém e Porto Velho.



Figura 5 - SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA

CAPÍTULO 4

A MARINHA NA AMAZÔNIA

Antecedentes Históricos

A abertura da navegação do rio Amazonas e seus principais afluentes à navegação de todas as bandeiras, acordado pelo Tratado de Ayacucho de 1867, teve como consequência direta para o País a necessidade de se resguardar a região e preservar a soberania da Nação.

“A Flotilha, que se vai criar no rio Amazonas, para policiar a fronteira fluvial com as repúblicas vizinhas, e fazer executar, pelas embarcações estrangeiras, os regulamentos fiscais, deverá compor-se de doze (12) lanchas a vapor montado uma peça cada umas”.

Assim, iniciava o Aviso, de 2 de junho de 1868, que instituía a Flotilha do Amazonas, e, a partir desse ato normativo, a presença da Marinha do Brasil (MB) se entrelaça à própria história da Amazônia. Essa história principiada com os gentios que, improvisados de marinheiro e soldado, detiveram holandeses, franceses e ingleses em suas investidas na região e, assim, permitiram aos portugueses consolidar a expansão e manutenção da imensa região amazônica.

A seguir, faz-se necessário mencionar alguns outros fatos históricos que marcaram a atuação da MB na região amazônica: a edificação, em 1728, da “Casa das Canoas”, um grupo de oficinas destinado à construção e reparos de canoas de guerra; a criação do 3º Distrito Naval, em 1863, com sede em Belém, no Estado do Pará, cuja área de atuação compreendia o litoral entre a foz do rio Guaju e a fronteira com a Guiana Francesa; a ativação, em 1903, da Divisão Naval do Norte, a pedido do Barão do Rio Branco durante as negociações entre Brasil e Bolívia sobre a questão do Acre; e

a criação, em 1940, do Comando Naval do Amazonas, dois anos mais tarde chamado de Comando Naval do Norte e, finalmente, em 1945, a ativação ^{da} Comando do 4º Distrito Naval, denominação que permanece até os dias atuais.

Missão da Marinha na Região Amazônica

A CF/88, em seu artigo 142, e a Lei Complementar n.º 97, de 9 de junho de 1999, nos seus artigos 1º e 16, estabelecem que as Forças Armadas (FFAA), constituídas pela Marinha, Exército e Aeronáutica, destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem. Cabe, também, às FFAA, como atribuição subsidiária geral, cooperar com o desenvolvimento nacional e a defesa civil, na forma determinada pelo Presidente da República.

Para o cumprimento de sua destinação constitucional, a MB, em sua Política Básica, unilateralmente, estabeleceu que a sua missão³³ é composta por duas grandes tarefas: “orientar o preparo e a aplicação do Poder Marítimo” e “preparar e aplicar o Poder Naval”.

No que concerne à primeira, cabe à MB atribuições relacionadas com os elementos do Poder Marítimo³⁴, com o propósito de orientar o desenvolvimento das atividades marítimas do País, de forma integrada e harmônica. As principais atribuições subsidiárias particulares são: orientar e controlar a Marinha Mercante e suas atividades correlatas, no que interessa à Defesa Nacional; prover a segurança da navegação aquaviária; contribuir para a formulação e condução de políticas nacionais que digam

³³ “Orientar o preparo e a aplicação do Poder Marítimo e preparar e aplicar o Poder Naval, a fim de contribuir para a consecução dos Objetivos Nacionais”.

³⁴ Conceito que integra todos os elementos e atividades que capacitam um estado a fazer, ou a garantir, uso do mar, em prol dos seus interesses. Além do Poder Naval, compreende a Marinha Mercante e as organizações relacionadas com o transporte marítimo; a infra-estrutura marítima; a indústria naval; a indústria de pesca e suas embarcações, terminais e indústrias de processamento; as organizações e meios de exploração e exploração dos recursos do mar, seu leito e subsolo; e o pessoal que desempenha atividades relacionadas com o mar e seus respectivos estabelecimentos de formação e treinamento.

respeito ao mar e águas interiores; e implementar e fiscalizar o cumprimento de leis e regulamentos no mar e águas interiores, controlando o uso do mar territorial, Zona Econômica Exclusiva (ZEE) e da plataforma continental.

A segunda tarefa — preparar e aplicar o Poder Naval — é norteada para, em harmonia com as demais expressões do Poder Nacional, manter o Poder Naval capacitado a defender os interesses da Nação no mar e, ali, garantir-lhe a integridade e soberania. Em outras palavras, visa à capacitação do Poder Naval para executar suas tarefas básicas clássicas³⁵ de modo a: dissuadir atitudes hostis e estimular as favoráveis; proporcionar respaldo militar e exercer persuasão adequada, conforme requerido pela ação política no âmbito internacional; manter abertas as comunicações marítimas de interesse brasileiro; operar coordenadamente com as demais FFAA como necessário; e contribuir para a garantia do uso das águas interiores, em especial das calhas principais e hidrovias secundárias atingíveis a partir daquelas, na bacia Amazônica e no rio Paraguai.

Para o atendimento da tarefa ligada ao Poder Naval, o Comando de Operações Navais (ComOpNav), dentro da estrutura da MB, é o órgão responsável pela manutenção do preparo do material e pessoal, que consubstanciam as forças operativas e elementos de apoio, devidamente balanceados, de modo a serem capazes de enfrentar com igual eficácia as diferentes ameaças visualizadas pela avaliação estratégica naval.

Os Distritos Navais (DN), comandos subordinados diretamente ao ComOpNav, têm como propósito contribuir para o cumprimento das tarefas da MB, nas suas respectivas áreas de jurisdição. A responsabilidade pela região amazônica é do Comando 4º DN (Com4ºDN), com sede em Belém, no estado do Pará.

³⁵ São elas: controlar área marítima; negar o uso do mar; projetar poder sobre terra; e contribuir para a dissuasão.

Neste ponto, é importante realçar que a Política de Defesa Nacional (PDN) destaca a Amazônia como uma das áreas de interesse para o Brasil e apresenta duas diretrizes específicas para região: “proteger a Amazônia brasileira, com o apoio de toda sociedade e com a valorização da presença militar” e “priorizar ações para desenvolver e vivificar a faixa de fronteira, em especial as regiões norte e centro-oeste”, conferindo ainda mais um papel relevante à MB, exercido pelo Com4ºDN, cuja área jurisdicional³⁶ abrange toda a Amazônia.

De um modo geral, as tarefas atribuídas ao Com4ºDN podem ser agrupadas em três vertentes: execução de operações militares com cenário de atuação envolvendo dois ambientes, o marítimo e o terrestre (incluindo o fluvial); a segurança da navegação; e os serviços de apoio. As principais tarefas do Com 4º DN são:

- a) executar operações navais nas áreas marítimas e fluviais sob o seu comando e operações terrestres, de caráter naval, em sua área de jurisdição;
- b) apoiar os meios navais, não-subordinados, em operação na sua área de jurisdição;
- c) realizar o acompanhamento do tráfego marítimo;
- d) controlar as atividades relacionadas com a segurança da navegação marítima e fluvial, por meio de ações de inspeção naval;
- e) coordenar as atividades de patrulha costeira, patrulha fluvial, o salvamento e o socorro marítimo;
- f) colaborar com os serviços que visem à fiscalização da preservação dos recursos do mar e das águas interiores;
- g) colaborar com os serviços de repressão ao contrabando, ao descaminho e ao

³⁶ Compreende os estados do Acre, Amazonas, Amapá, Pará, Piauí, Rondônia, Roraima e praticamente todo o estado do Maranhão. Possui uma área marítima de 140 mil milhas quadradas e uma área terrestre com onze mil milhas de vias fluviais navegáveis.

comércio ilícito, em apoio à Polícia Federal e à Receita Federal;

h) coordenar as atividades de assistência às populações ribeirinhas através das operações de Ação Cívico Social (ACISO); e

i) auxiliar e apoiar as demais FFAA, nos assuntos de segurança interna, quando determinado pelo Presidente da República.

Meios Existentes e Capacidade Atual

O Com4ºDN, atualmente, tem sua área de jurisdição dividida em duas porções, a Amazônia Oriental e a Amazônia Ocidental. Nestas subáreas são mantidas, para execução das tarefas mencionadas acima, as seguintes organizações:

a) Organizações sediadas em Belém:

a.1) Operativas:

- Grupamento Naval do Norte (GNN) – composto por duas Corvetas (CV) da classe “Imperial Marinheiro” — as CV “Angostura” e “Solimões”; e por seis Navios-Patrolha (NaPa), sendo dois da classe “Piratini” — os NaPa “Pampeiro” e “Parati”, dois da classe “Grajau” — os NaPa “Guanabara” e “Guarujá”, e dois da classe “Bracuí” — os NaPa “Bracuí” e “Bocaina”.

- Grupamento de Fuzileiros Navais de Belém (GptFNBe).

a.2) Apoio:

- Base Naval de Val-de-Cães (BNVC).

- Capitania dos Portos da Amazônia Oriental (CPAOR).

- Depósito Naval de Belém (DepNavBe).

- Hospital Naval de Belém.

- Estação Rádio da Marinha em Belém (ERMBe).

b) Organizações sediadas em Manaus:

b.1) Operativas:

- Comando Naval da Amazônia Ocidental (CNAO).
- Flotilha do Amazonas (FlotAm) – composta por cinco Navios-Patrolha Fluvial (NaPaFlu) , sendo dois da classe “Pedro Teixeira” — os NaPaFlu “Pedro Teixeira” e “Raposos Tavares”, e três da classe “Roraima” — os NaPaFlu “Roraima”, “Rondônia” e “Amapá”; e três Navios de Assistência Hospitalar (NAsH) — os NAsH “Oswaldo Cruz”, “Carlos Chagas” e “Dr. Montenegro”.
- Grupamento de Fuzileiros Navais de Manaus (GptFNMa).
- 3º Esquadrão de Helicópteros de Emprego Geral (Esqd HU-3).

b.2) Apoio:

- Capitania Fluvial da Amazônia Ocidental (CFAOC).
- Estação Naval do Rio Negro (ENRN).
- Depósito Naval de Manaus (DepNavMa).

Listados os principais órgãos da estrutura do Com4º DN, faz-se mister adicionar alguns comentários sobre a atual capacidade dos meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais. As principais características dos meios navais e aeronavais subordinados àquele Comando encontram-se relacionadas no Anexo B.

Os navios do GNN são empregados, basicamente, em: patrulha³⁷ costeira (PATCOS), na área marítima de jurisdição do 4º DN, ou fluvial (PATFLU), entre as cidades de Belém e Santarém, nas calhas dos rios Amazonas, Jarí, Tocantins, Xingu e Tapajós; operações ribeirinhas (OpRib); socorro e salvamento; operações de defesa de

³⁷ O conceito de patrulha, costeira ou fluvial, constante na Doutrina Básica da Marinha (DBM), compreende as atividades conduzidas por meios navais e aeronavais com o propósito de fiscalizar e implementar a legislação nacional aplicável nas águas sob jurisdição brasileira.

porto; visita a portos estrangeiros; e presença naval³⁸.

As CV da classe “Imperial Marinheiro”, com mais de 45 anos de serviço, e os NaPa da classe “Piratini”, construídos em 1971 no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro (AMRJ), são meios que, além de possuir equipamentos obsoletos, apresentam necessidades crescentes de manutenção corretiva pela degradação dos seus sistemas, situação que gera limitações para o cumprimento das tarefas atribuídas.

Os NaPa da classe “Bracuí”, antigos navios-varredores ingleses modificados em 1998 para as suas novas tarefas, e os da classe “Grajaú”, construídos na década de 1990, por suas características técnicas não comprometem o cumprimento de suas tarefas, em especial as de PATCOS, podendo nela permanecer por longos períodos. Por outro lado, todos os meios têm reduzida capacidade de defesa antiaérea e não operam com helicóptero (He) orgânico.

Com um efetivo limitado, o GptFNBe é empregado, principalmente, em operações ribeirinhas, de defesa de porto e de segurança interna.

Sob a subordinação do Com4ºDN, o CNAO foi ativado em 1994 para exercer o comando de área na Amazônia Ocidental, cuja missão abrange a execução das tarefas de: planejamento e execução de OpRib, ou seja, a sua atividade-fim; segurança da navegação; e apoio aos meios subordinados. Os seus três componentes operacionais, a FlotAm, o GptFNMa e o EsqdHU-3, operam de forma integrada e harmônica, utilizando-se de doutrina de emprego desenvolvida no âmbito do 4ºDN³⁹.

³⁸ Operação Ribeirinha é aquela realizada com o propósito de obter e manter o controle de parte ou de toda uma área ribeirinha (Arib), ou para negá-la ao inimigo. Entende-se por Arib a área interior compreendendo hidrovias fluvial ou lacustre e terreno, caracterizada por linhas de comunicações terrestres limitadas e pela existência de extensa superfície hídrica ou rede de hidrovias interiores, que servem como via de penetração estratégica ou rotas essenciais ou principais para o transporte de superfície.

As Operação de defesa de porto é a operação naval que visa impedir ou neutralizar ataques inimigos contra portos ou fundeadouros que contenham instalações navais, marítimas ou industriais de valor estratégico.

³⁹ ELIA, Rui da Fonseca. A Marinha na Amazônia Ocidental. Revista Marítima Brasileira. Rio de Janeiro, v.120, n.7/9, p.69-86, jul./set.2000.

Como foi visto anteriormente, a FlotAm é composta por dois tipos de navios, os NaPaFlu e os NAsH, para o cumprimento de sua missão. Os primeiros são empregados em PATFLU, na execução de OpRib e em visita a portos estrangeiros e ação de presença naval. Enquanto que os NAsH têm como tarefa principal a assistência médica e social à população ribeirinha, podendo atuar em OpRib no apoio médico na própria área de operações.

Os NaPaFlu classe “Pedro Teixeira” e “Roraima” foram projetados especificamente para navegar na Bacia Amazônica. O seu raio de ação de mais de seis mil milhas possibilita permanecerem na área de operações por longo período, sem a necessidade de serem reabastecidos. Os navios estão equipados com lanchas de ação rápida (LAR), que, por sua grande velocidade e a capacidade de transporte de pessoal, vêm proporcionando um melhor desempenho nas atividades de patrulha e na execução de procedimentos operacionais nas OpRib. Por outro lado, a sua capacidade de defesa antiaérea (A/A) é limitada devido às características de seu armamento. As diferenças básicas entre as duas classes consistem na capacidade da classe “Pedro Teixeira” de transportar uma fração de tropa e operar com aeronaves UH-12/13 embarcada.

Os NAsH, da mesma forma que os NaPaFlu, foram construídos para trafegar nas “ruas” da região amazônica e têm como principal vantagem a permanência em comissão por longo período, em face do seu raio de ação de cerca de quatro mil milhas. Possui a capacidade de prestar atendimento médico e odontológico⁴⁰, bem como, uma pequena infraestrutura permite a operação de aeronaves UH-12/13 embarcadas. Mercê de suas instalações médicas, poderá atuar em OpRib como Navio de Recebimento e Tratamento

⁴⁰ A região amazônica foi dividida em Pólos de atendimento. São eles: Japurá-Solimões A; Iça-Solimões B; Purus A e B; Juruá A e B; Javari; Madeira; Negro-Branco; Xingu-Trombetas; Jarí-Marajó; e Tocantins. Os NAsH, em 2001, visitaram 491 localidades e realizaram cerca de 121 mil atendimentos médicos e odontológicos. Informações contidas no site da internet <<http://www.asshop.mar.mil.br/>>. Acesso em 10 maio 2002.

de Baixas (NRTB).

Outro componente operacional a ser empregado nas OpRib, na defesa de portos e de segurança interna do CNAO, é o GptFNMa. É oportuno ressaltar que este Grupamento está sendo transformado em um Batalhão de Operações Ribeirinhas (BtlOpRib)⁴¹, proporcionando o aumento da presença da MB na região.

Por fim, o braço aéreo da MB na Amazônia, o Esqd HU-3, é composto por aeronaves HB350BA, modelo Esquilo monoturbina (UH-12). Estas aeronaves são empregadas em apoio aeromédico, transporte administrativo e logístico, busca e salvamento, operações de escolta de He, apoio aéreo aproximado, em proveito das Forças Navais e de Fuzileiros Navais nas OpRib, além de realizarem operações de ataques e esclarecimento.

Para manter aprestados os meios navais, não só os subordinados mas, também, outros em trânsito na área, o Com 4º DN dispõe da BNVC e ENRN para manutenção e reparos, e dos Depósitos Navais, para obtenção e distribuição de material de várias categorias.

A BNVC, única Organização Militar Prestadora de Serviços Industriais (OMPS-I) na área de jurisdição do 4º DN, dispõe das seguintes facilidades para o cumprimento de sua missão:

- píer para atracação de navios, até o porte de Fragata, com facilidades de apoio;
- heliponto, permitindo o pouso de todos os tipos de aeronaves existentes na MB;
- dique seco “Almirante Raul Barros”, medindo 225m de comprimento, 27m de boca e 11m de profundidade, para docagem de navios de até 40.000 toneladas;
- dique flutuante “Afonso Pena”, medindo 126m de comprimento útil de bacia, 18m de boca e 6m de profundidade, para docagem de navios de até 2500 toneladas;

⁴¹ Informação contida no site da internet “<http://www.cgccfn.mar.mil.br/>”. Acesso em: 10 maio 2002.

- carreira, medindo 70m de comprimento e 6,3m de largura, para encalhe de embarcações de até 120 toneladas;

- rebocador de porto SCHRAM e Chata de óleo; e

- oficinas de Máquinas, Mecânica Naval, Estruturas e Metalurgia, Eletricidade, Motores e Refrigeração, Carpintaria e Fundição, e Grupo de Reparos de Eletrônica (GRET).

Por sua vez, a ENRN tem instalações bem mais modestas do que a BNVC. Por apresentar “déficit” como OMPS-I, devido à pequena quantidade de serviços industriais realizados, aliado a falta de pessoal especializado, foi transformada para OMPS-E (OMPS-especial).

Para atender, principalmente, aos meios da FlotAm, a Estação Naval possui:

- cais flutuante para atracação de navios de até 60m, com facilidade de apoio de energia elétrica e água potável;

- dique flutuante “Jerônimo Gonçalves”, medindo 61m de comprimento e 6,3m de largura, para docagem de navios de até 800 toneladas; e

- barca oficina (BOF) “Alecrim” para prover auxílio à manutenção corretiva.

Possui gerador de energia, frigorífica e alojamento para a tripulação.

Ativados para tornar mais ágil o atendimento das necessidades logísticas e colaborar com o aprestamento das Forças Navais, os DepNavBe e DepNavMa têm como tarefa básica promover, manter e controlar o provimento do material necessário à manutenção das Forças e demais órgãos navais em condições de plena eficiência.

Para o atendimento das atividades subsidiárias de zelar pela Segurança da Navegação, Controle da Poluição e Salvaguarda da Vida Humana, o Com4ºDN conta com as CPAOR e CFAOC e suas Delegacias e Agências. A CPAOR dispõe de 18 lanchas e 6 agências flutuantes, enquanto que a CFAOC está dotada de 29 lanchas e 12

agências flutuantes para o cumprimento de suas tarefas.

Neste ponto, é oportuno acrescentar outros comentários de caráter geral, a respeito da capacidade dos meios disponíveis no 4º DN. Inicialmente, pode-se verificar que o total de dezesseis navios para o emprego no ambiente marítimo e fluvial são, consideravelmente, insuficientes para o pleno e eficaz atendimento de todas as tarefas conferidas ao Com4ºDN, em sua imensa área de jurisdição. Da mesma forma, o número de aeronaves UH-12 não permite uma ação eficaz desse vetor no apoio àqueles meios.

Na área marítima, destaca-se a importância dos navios do GNN desenvolverem altas velocidades, principalmente, quando realizando PATCOS⁴², haja vista a possibilidade de perseguição a barcos pesqueiros, que, normalmente, são muito velozes. Nesse aspecto, apenas os NaPa classe “Bracuí” e “Grajaú” atendem a este parâmetro, ou seja, 50% dos meios do GNN.

Como forma de minimizar a deficiência de alguns navios do GNN, pela incapacidade em operar He orgânico, têm sido empregadas aeronaves “Bandeirantes” (P-95) da FAB⁴³, para aumentar a eficácia da patrulha e da área patrulhada.

Na área fluvial da Amazônia Oriental, abrangendo os rios Pará, Tocantins, Xingu, Jarí, Tapajós e Trombetas, o emprego das CV e dos NaPa classe “Bracuí” e “Grajaú” torna-se muito limitado, tendo em vista o calado das CV e as características técnicas e de construção dos NaPa (o hélice com passo controlado (HPC) da classe “Bracuí” e os eixos de propulsão da classe “Grajaú” projetados abaixo da quilha), quando em operação em áreas com baixa profundidade e troncos ou árvores submersas.

A reduzida capacidade de transporte de tropas, tanto por meio naval quanto por aeronaves, poderá ser suplantada com a utilização de meios da Esquadra,

⁴² Como se sabe, a área marítima do 4º DN, principalmente, no litoral do Amapá, tem um potencial pesqueiro grande. Logo, a presença de barcos pesqueiros franceses e venezuelanos é freqüente.

⁴³ Na cidade de Belém fica sediado o Terceiro Esquadrão do Sétimo Grupo de Aviação (3º/7º GAV).

especificamente, os Navios Transporte de Tropas (NTrT), os Navios Desembarque Doca (NDD) e as aeronaves UH-14 (Super Puma). Porém, o emprego desses navios deverá se restringir às calhas dos rios Amazonas e Solimões⁴⁴, onde as profundidades são adequadas para sua operação. Entretanto, não se pode desconsiderar que: a tripulação dos navios não está familiarizada com o ambiente amazônico; a necessidade de um conseqüente apoio logístico, principalmente, para as aeronaves UH-14; e a possível localização da área de operações ser nas proximidades da faixa de fronteira com os países amazônicos.

Ressalta-se, ainda, que o apoio logístico fixo e móvel é de fundamental importância para condução de operações militares em uma região tão complexa e vasta. Para o apoio logístico móvel, a área possui dois Diques Flutuantes, uma BOF e uma chata de transporte de combustível, porém esses meios não possuem propulsão própria e, no caso da BOF, também não está aparelhada para a prestação de todos serviços necessários.



⁴⁴ Até a cidade de Tefé, localizada a 450 milhas náuticas de Manaus.

CAPÍTULO 5

O DIMENSIONAMENTO DO PODER NAVAL PARA AMAZÔNIA, A QUESTÃO ORÇAMENTÁRIA E A ADEQUAÇÃO DO PODER NAVAL

Até o início do século XIX, a composição de meios de forças do Estado não era estabelecida mediante um planejamento racional. A partir da Revolução Francesa, é que se tornou possível, e até necessário, instruir racionalmente a composição de força, à luz das realidades militares da época e das metas políticas pretendidas⁴⁵.

Ao contrário do que ocorria no passado, onde o ritmo das mudanças era lento, o futuro mais previsível e as ameaças concretas e definidas, hoje se convive com um quadro de incertezas, que marca o atual cenário mundial, caracterizado por ameaças difusas, fluídas e imprevisíveis.

Para melhor identificação dos meios que se faz necessário no dimensionamento de uma força militar proporcional às ameaças a enfrentar, os países se valem de vários métodos de planejamento estratégico. Em essência, o planejamento estratégico visa a dotar uma Nação das capacidades militares para lidar com problemas futuros, ou seja, o objeto do planejamento é a construção de um conjunto integrado de capacidades para o combate.

O Manual de Planejamento do Estado-Maior das Forças Armadas (FA-M-01)⁴⁶ propõe a adoção de um Planejamento de Defesa Nacional, mostrado na tabela 1, com abrangência em três níveis: Nível Nacional; Nível Global do Campo Militar e Nível Setorial.

⁴⁵ JUNIOR, Domicio Proença e DINIZ, Eugenio. **Política de Defesa no Brasil: uma análise crítica**. Brasília. Editora Universidade de Brasília, 1998.

⁴⁶ Publicação aprovada em 1978 e que, atualmente, está sendo revista pelo Ministério da Defesa.

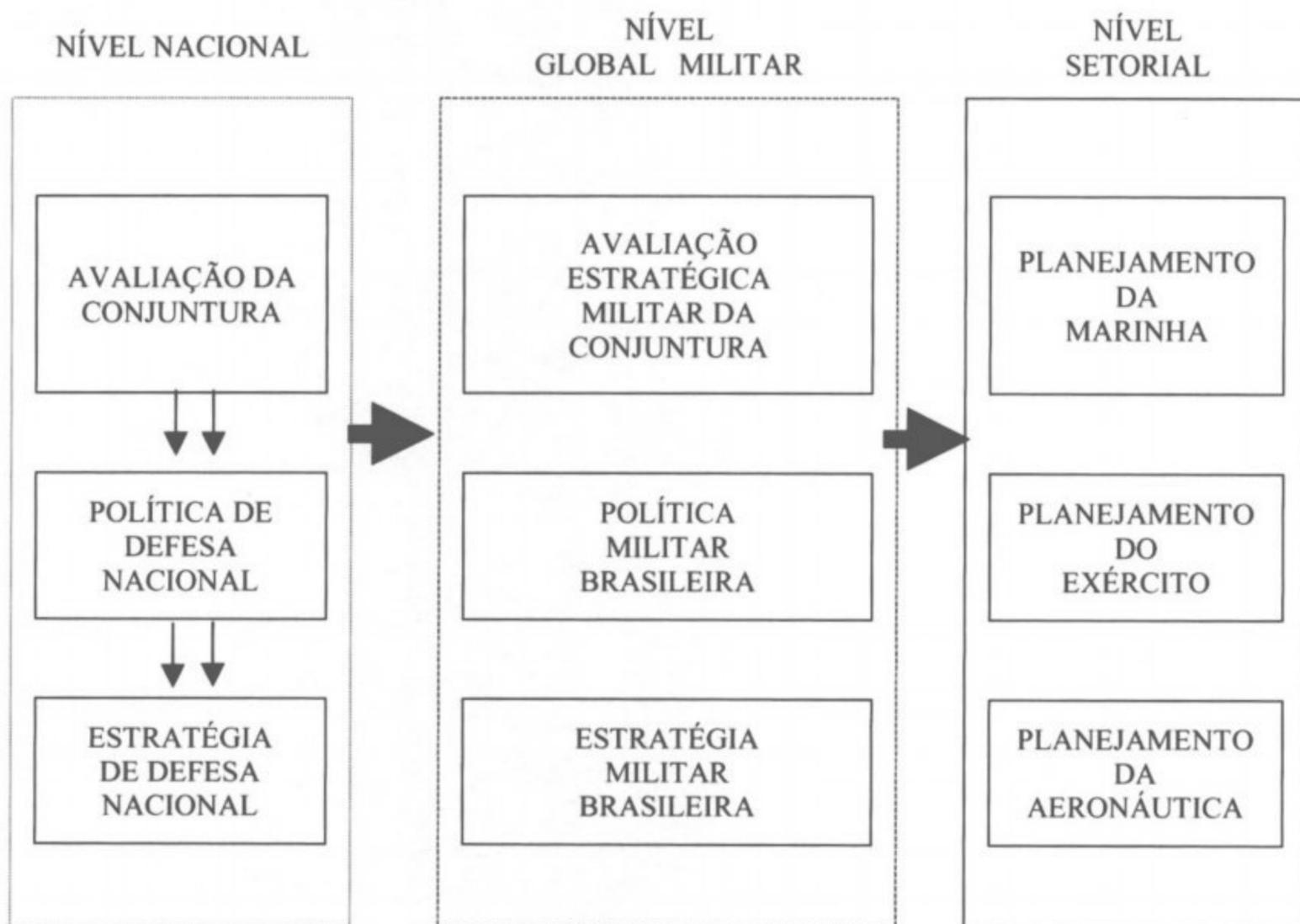


Tabela 1 - PLANEJAMENTO DE DEFESA NACIONAL

O nível “Nacional” compreende: as análises das conjunturas nacional e internacional, passada e presente, e suas prováveis evoluções no futuro; a fixação de objetivos para a defesa nacional, as orientações gerais e diretrizes para o preparo e o emprego da capacitação nacional, incluindo os setores civis e militares; e as possíveis ações estratégicas e a escolha das estratégias a serem adotadas na execução do planejamento de defesa nacional, com vista ao atendimento dos objetivos fixados.

A definição dos aspectos militares da política e da estratégia nacional seria realizada na etapa “Global Militar”. Esse nível engloba: a influência de fatores políticos, econômicos, psicossociais, militares e científico-tecnológicos sobre o emprego dos componentes das Forças; o estabelecimento dos Objetivos Gerais a serem atingidos pela Expressão Militar; e a orientação do planejamento estratégico de emprego das Forças Armadas.

Das fases apresentadas, são gerados os documentos que balizarão os planejamentos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica na terceira fase do planejamento da Defesa Nacional, ou seja, o nível “Setorial”. Dentre eles, estão a PDN, a Política Militar Brasileira (PMB) e a Estratégia Militar Brasileira (EMB).

A sistemática do planejamento elaborado no âmbito da MB é apresentada na tabela 2. Em linhas gerais, a Sistemática de Planejamento de Alto Nível da Marinha (SPAN) envolve um conjunto de atividades racionais e interdependentes que procura, considerando as orientações governamentais, fornecer instrumentos que contribuam para o perfeito cumprimento da Missão da Marinha⁴⁷.

Como ponto de partida e documento fundamental, tem-se o Planejamento Estratégico da Marinha (PEM), que, em conjunto com a orientação estabelecida na Política Básica da Marinha (PBM) e com as orientações do Comandante da Marinha (ORCOM) e as Orientações Setoriais (ORISSET)⁴⁸, possibilita a elaboração de planos⁴⁹ para a compatibilização do Poder Naval com a missão da MB. Posteriormente, esses planos serão convertidos em ações a empreender, em metas físicas e na definição de recursos orçamentários, integrados na forma de um sistema administrativo dinâmico e permanente.

Após esta visão sintética da proposta do Planejamento da Defesa Nacional, a sua influência no planejamento das FFAA e, em especial, no planejamento estratégico da MB, cabe, portanto, fazer alguns comentários sobre os documentos básicos (PDN, EMB e o PEM), para o estudo de dimensionamento da Força.

⁴⁷Aula inaugural dos Cursos de Altos Estudos da Escola de Guerra Naval proferida pelo Almirante-de-Esquadra Airton Ronaldo Longo, Chefe do Estado-Maior da Armada, em fev./ 2002.

⁴⁸As ORCOM têm por base a determinação de necessidades de âmbito estratégico e expressam a vontade política do Comandante da Marinha. As ORISSET permitem determinar as necessidades setoriais e estabelecer prioridades para atendê-las. Ambas compõem um conjunto de documentos que atuam no planejamento decorrente, detalhando e priorizando ações de curto prazo.

⁴⁹Esses planos abrangem seis atividades: material, mobilização, operações, adestramento, inteligência e pessoal.

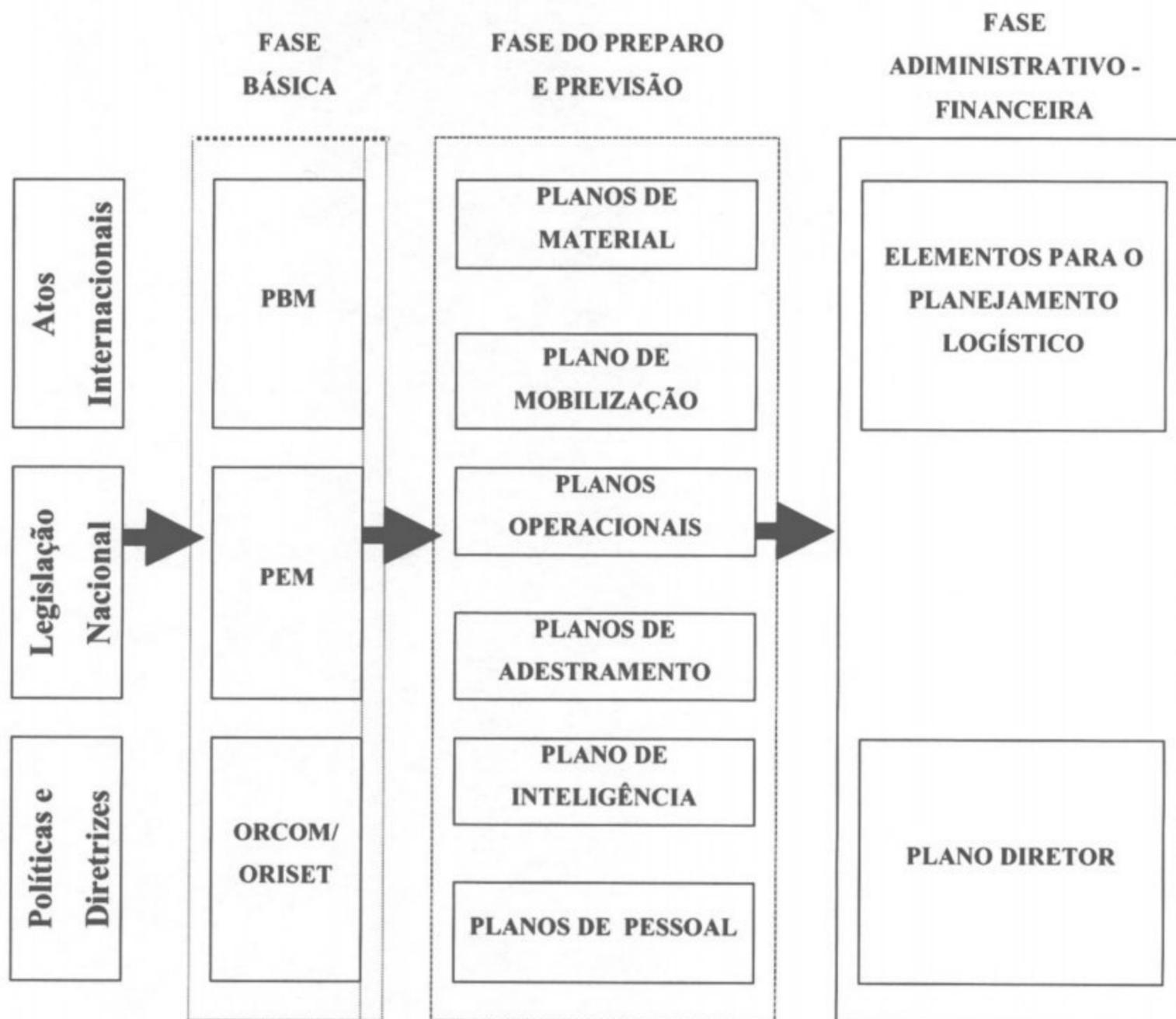


Tabela 2 - PLANEJAMENTO DE ALTO NÍVEL DA MB

A PDN, editada em 1996, enuncia a orientação estratégica brasileira baseada em uma ativa diplomacia voltada para a paz e para uma postura dissuasória de caráter defensivo, reafirmando os preceitos constitucionais da demarcação e reconhecimento internacional dos limites das fronteiras brasileiras, do estreito relacionamento com os países vizinhos e com a comunidade internacional, da rejeição à guerra de conquista e, por último, da busca da solução pacífica de controvérsias, ressalvado o direito do uso da força como recurso de autodefesa.

Ela reconhece, também, que é essencial o fortalecimento equilibrado da capacitação nacional para a defesa, em que o poderio militar deve ser fundamentado na capacidade das FFAA, no potencial dos recursos nacionais e das reservas mobilizáveis. Estatui-se, também, na PDN que “as FFAA deverão estar ajustadas à estatura político-

estratégica da Nação e estruturadas, de forma flexível e versátil, para atuar, com presteza e eficácia, em diferentes áreas e cenários”⁵⁰.

Por oportuno, cabe mencionar, novamente, que a PDN destaca a Amazônia como uma das áreas de interesse para o Brasil e, dentre as vinte diretrizes estabelecidas, apresenta duas específicas para região: “proteger a Amazônia brasileira, com o apoio de toda sociedade e com a valorização da presença militar” e “priorizar ações para desenvolver e vivificar a faixa de fronteira, em especial as regiões norte e centro-oeste”.

A EMB⁵¹ apresenta o conceito de Hipótese de Emprego (HE), que, resumidamente, é a visão antecipada da possibilidade de emprego das FFAA em uma situação ou área de interesse estratégico. Nesse sentido, o termo o “emprego” está relacionado à concepção de uma Força com base em capacidades e não em ameaças. Observa-se, portanto, que com esta orientação estratégica, torna-se necessário estruturar cada FFAA para serem capazes de realizar determinadas operações.

O PEM estabelece o planejamento de longo prazo da MB, formulando concepções de emprego do Poder Naval e as orientações para o cumprimento das atribuições subsidiárias.

Assim, o dimensionamento do Poder Naval na região amazônica deve considerar o emprego dos meios do 4º DN baseado na capacidade de executar operações militares em cenário de atuação envolvendo dois ambientes, o marítimo e terrestre (incluindo o fluvial), bem como atuar na segurança da navegação e nos serviços de apoio.

No que diz respeito a primeira capacidade, é importante ressaltar que, no ambiente marítimo, a força naval deverá atender às tarefas básicas de controlar área marítima ou de negar o uso do mar, principalmente, nas proximidades da foz do rio Amazonas. Para

⁵⁰ BRASIL. Presidência da República. **Política de Defesa Nacional**. Brasília: Imprensa Nacional, 1996.

⁵¹ Elaborada, em 1998, pelos Estados-Maiores das de cada Força, foi aprovada por consenso pelos Ministros Militares da época. Atualmente, está em revisão no Ministério da Defesa.

o ambiente fluvial, a Força Naval deverá conduzir ações de controle de hidrovias e de Arib, bem como de transporte de pessoal e material em apoio às operações de forças terrestres.

Uma Sugestão para o Dimensionamento do Poder Naval

Como não poderia deixar de ser, a presente ~~a~~ sugestão leva em consideração as vulnerabilidades estratégicas e os fatores de tensão apontados no capítulo 2, as características e a importância da região e a capacidade de emprego exposta anteriormente, neste capítulo. Para melhor visualização, a sugestão será apresentada em separado para os dois ambientes característicos da área de jurisdição do 4º DN: o marítimo e o fluvial.

a) Ambiente Marítimo:

Para execução de operações navais na área marítima do 4º DN deve-se considerar a participação de meios da Esquadra no controle de área marítima ou na negação do uso do mar, por serem adequados a estes tipos de tarefas. Por conseguinte, a quantidade de meios do GNN, não considerando o tempo de serviço e a obsolescência dos equipamentos das CV e NaPa classe “Piratini”, pode ser avaliada como satisfatória para o apoio as unidades da Esquadra quando em operação na área do 4º DN. Portanto, sugere-se a substituição das 2 CV e 2 NaPa, por quatro NaPa de características similares aos da classe “Bracuí”, mas com capacidade de operação de He orgânico.

Para efeito de PATCOS, verifica-se que o número atual de meios do Com4ºDN não é suficiente para manutenção de uma eficaz fiscalização das águas jurisdicionais brasileiras. Para possibilitar uma quantificação de meios necessários ao cumprimento dessa tarefa, a área marítima do 4ºDN foi dividida em três subáreas (norte, central e sul) que deverão ser patrulhadas, no mínimo, vinte dias por mês. Dessa forma, propõe-se a

aquisição de quatro NaPa de características similares da classe "Bracuí", mas com capacidade de operação de He orgânico, que somado aos já existentes, tem-se um total de doze navios para a realização de patrulha. Esse número permitiria fazer o revezamento de meios e cumprir os requisitos de manutenção.

No atendimento da atividade de socorro e salvamento, o GNN não dispõe de meios adequados para exercer tal atividade. Assim, a aquisição de dois rebocadores de alto-mar, semelhantes aos construídos na cidade de Manaus em 1987, supriria essa deficiência.

Quanto aos meios aeronavais, seria necessária a criação de um Esquadrão de He, em Belém, dotado de, pelo menos, seis aeronaves UH-12/13 para atender às necessidades de embarque nos navios a serem adquiridos para o GNN, e o apoio ao GptFNBe no cumprimento de suas tarefas.

No que tange aos meios de Fuzileiros Navais, é necessário o aumento de efetivo do GptFNBe para ampliar a capacidade de executar operações ribeirinhas, operações de defesa de porto e de segurança interna, bem como a aquisição de dez LAR para transporte de sete a doze homens.

Para o apoio logístico fixo, a BNVC deveria passar por uma recuperação do seu parque industrial e mobiliá-la com pessoal especializado.

b) Ambiente Fluvial:

Como foi visto no capítulo 2, as questões que podem suscitar algum tipo de crise ocorrem em áreas de fronteira, predominantemente terrestre, conferindo à força naval uma demanda razoável de apoio aéreo e transporte de pessoal e material, pois, em princípio, não deve exercer o esforço principal. Justamente, nestes dois aspectos os meios da Amazônia Ocidental são deficientes.

Para suprir as necessidades de transporte de pessoal e material, aventa-se a

possibilidade do emprego de meios da Esquadra, mas estes ficariam limitados pela baixa profundidade dos rios nas áreas de operação, por exemplo na área conhecida por “Cabeça do Cachorro” e nas proximidades da cidade de Tabatinga. Assim, a construção de dois Navios de Transporte Fluvial⁵², para transporte de uma companhia de FN, por navio, e com capacidade para operação de He orgânico do porte do UH-14, propiciará a solução daquele óbice, e também agregará alguma capacidade adicional de carga.

Por outro lado, no que se refere ao apoio aéreo, este poderá ser atendido de maneira satisfatória por meios aeronavais da Esquadra, mas com os inconvenientes, já mencionados (familiarização do pessoal à área de operações e do apoio logístico que deverá ser desdobrado para a região). Para minimizá-los, sugere-se dotar o HU-3 com doze He, sendo nove do tipo UH-12 e três do porte do UH-14 — apesar de ainda não ser aeronaves orgânicas dos navios, podem operar de terra a partir de localidades com alguma estrutura de apoio aéreo, como é o caso das cidades de Tabatinga e São Gabriel da Cachoeira, no alto rio Negro.

Na condução de OpRib, além dos aspectos vistos acima, os meios subordinados ao CNAO possuem pequena capacidade de apoio logístico móvel e controle de hidrovias.

Quanto ao apoio logístico móvel, é necessário dotar a FlotAm de um Navio de Apoio Logístico Fluvial (NApLogFlu), para fornecimento de munição, gêneros alimentícios, sobressalentes e combustíveis em qualquer ponto das principais vias navegáveis. Ainda com relação aos meios necessários para o provimento do apoio logístico móvel, a BOF deve ser mobiliada por pessoal qualificado e equipada com equipamentos e ferramental, de modo a aumentar a atual capacidade de reparo, bem

⁵² O Navio de Transporte Fluvial poderá ser construído em estaleiro localizado na cidade de Manaus ou em Belém, utilizando-se, por exemplo, de projetos de embarcação regional.

como faz-se mister a aquisição de dois rebocadores fluviais para possibilitar o seu deslocamento até a área de operações.

Em relação ao apoio logístico fixo, sugerem-se duas ações: a primeira, equipar a ENRN de instalações e equipamentos, que possibilitem a manutenção dos navios da FlotAm; a segunda, é construir estações de apoio para navios e aeronaves, com capacidade de efetuar pequenos reparos, fornecimento de combustíveis e outras facilidades. Em princípio, poderiam ser localizadas nas cidades de Tabatinga, Tefé, São Gabriel da Cachoeira, Porto Velho e Santarém.

Em termos quantitativos, o emprego dos meios atuais da FlotAm no controle de hidrovias poderá ser executado de maneira satisfatória. Entretanto, não se deve deixar de pensar na realização de outras tarefas a cargo da FlotAm, como é o caso das PATFLU. Para o cumprimento dessa tarefa, há a necessidade de aquisição, de pelo menos, sete NaPaFlu, todos com capacidade de operação com He orgânico e embarcações de desembarque, tipo LAR. Assim, a FlotAm teria a disposição doze NaPaFlu que, a partir das estações de apoio sugeridas, permitiria uma presença contínua ao longo da calha do rio Amazonas/Solimões. Essa quantificação de meios, leva em consideração o revezamento de meios e o atendimento dos requisitos de manutenção.

Tendo em vista a transformação em andamento do atual GptFNMa em um Batalhão, deixam de ser sugeridas outras ações para os meios de FN.

Questão Orçamentária

Nos dias atuais, os governos enfrentam uma tarefa crucial em compatibilizar a capacidade de combate das FFAA, e os custos decorrentes, com as metas políticas no campo interno e externo. No Brasil, não poderia deixar de ser verdadeira esta afirmação à vista dos problemas sociais e dos esforços do Governo, no sentido de garantir a

estabilidade econômica mediante a adoção de medidas, como a redução nos gastos públicos em todas as áreas.

Assim, o principal desafio administrativo passou a ser o de criar condições, para que o Estado cumprisse suas funções com alocação racional de recursos, utilizando-se do gerenciamento, da definição de prioridades, das atividades estratégicas e da coordenação da ação governamental.

A partir da promulgação da CF/88, todas as despesas do setor público federal passaram a estar, necessariamente, consubstanciadas em leis de iniciativa do Poder Executivo, que estabelecerão o Plano Plurianual (PPA), as Diretrizes Orçamentárias (LDO) e o Orçamento Anual (LOA).

As tabelas abaixo mostram, respectivamente, a distribuição do orçamento federal para o Ministério da Defesa e Comandos de Força para o ano de 2002.

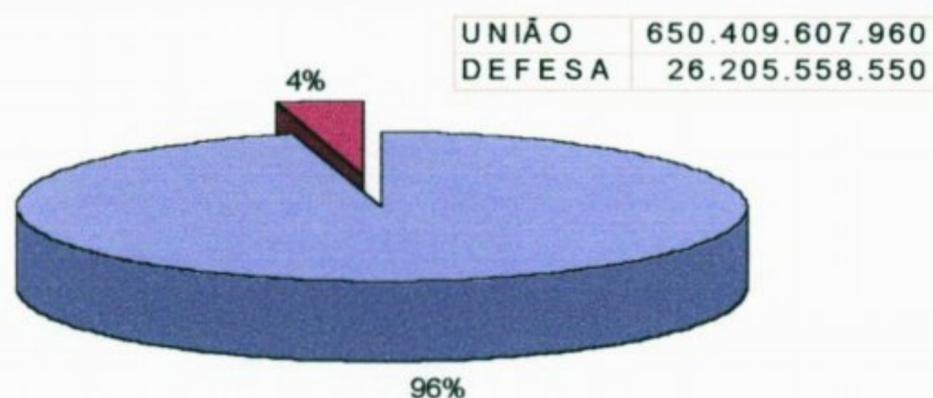


Tabela 3 - ORÇAMENTO DO MINISTÉRIO DA DEFESA- EXERCÍCIO FISCAL /

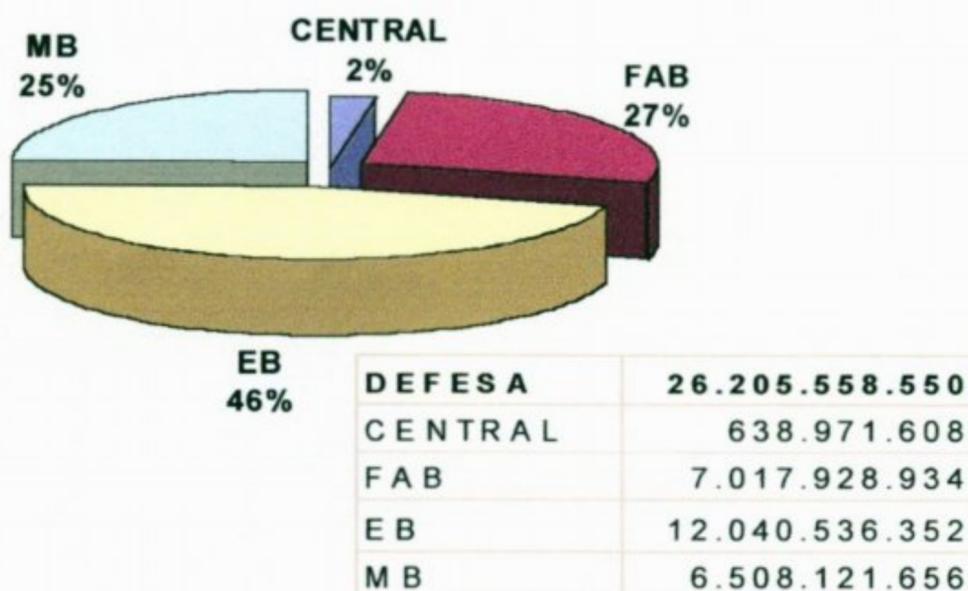


Tabela 4 - DISTRIBUIÇÃO DO ORÇAMENTO POR COMANDO DE FORÇA/ANO 2002

Como se pode observar, a LOA/2002 prevê para a MB um total de R\$ 6.508 bilhões. Para melhor visualização da destinação desses recursos, apresenta-se na tabela⁵³ abaixo:

DESTINAÇÃO	R\$
Pessoal	4.931.207.233,00
Juros/Encargos	77.322.323,00
Demais "OCC" ⁵⁴ / Outras Correntes	848.794.260,00
Investimentos	211.528.307,00
Inversões	182.357,00
Amortização	439.087.176,00
TOTAL	6.508.121.656,00

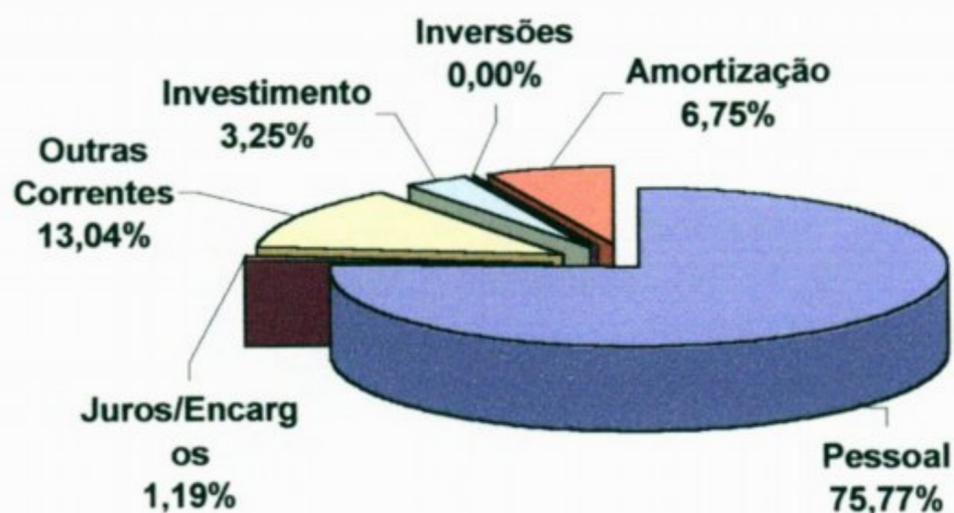


Tabela 5 – DISTRIBUIÇÃO DO ORÇAMENTO DA MB POR DESPESAS

A rubrica "DEMAIS OCC" é formada pela participação do Fundo Naval, do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo (FDEPM) e dos Recursos do Tesouro Nacional, sendo que nesta despesa são incluídas as parcelas referentes aos recursos originários dos "Royalties" do petróleo, às operações de crédito, cuja aplicação

⁵³ As tabelas 3, 4 e 5 foram apresentadas durante a palestra realizada pelo Gerente da Divisão de Planejamento do Departamento de Orçamento e Finanças do Ministério da Defesa, em março de 2002, para os Oficiais-Alunos do C-PEM 2002.

⁵⁴ A sigla "OCC" significa "Outros Custeios de Capital".

é específica, e às ações de cunho social⁵⁵, previstas em lei e de caráter obrigatório.

Contudo, por não ser o orçamento impositivo, os recursos atribuídos à MB sofreram sucessivos bloqueios, reduzindo, assim, o montante inicial de R\$1.060 milhões, destinados às despesas de OCC e investimentos, para cerca de R\$624 milhões. Pode-se facilmente deduzir que, devido a esses escassos recursos financeiros destinados ao aprestamento das forças navais e aos projetos de investimentos, a capacidade de emprego do Poder Naval vem sendo comprometida, o que restringe a sua eficiência operacional.

Esta preocupação não ecoa somente nos meios militares. Recentemente, o presidente do Partido Socialista Brasileiro, Miguel Arraes, criticou o Governo Federal pela falta de recursos destinados às FFAA, ao mencionar: “reflete o descaso com que o governo vem tratando os problemas do País”. Afirma, também, que “o compromisso deste e qualquer outro governo com ajuste fiscal não pode chegar a ponto de comprometer o funcionamento da instituição encarregada de garantir a soberania nacional e a segurança do território”⁵⁶.

Adequação à Sugestão Apresentada

O dimensionamento do Poder Naval sugerido anteriormente considerava a capacidade necessária para exercer com eficácia as tarefas atribuídas ao Comandante de Área, as características e a importância da região e as orientações previstas nos documentos condicionantes do planejamento estratégico. Porém, não se pode deixar de apreciar a questão orçamentária que, nos dias atuais, mercê da conjuntura econômica-financeira do País, merece atenção e exige racionalização no uso dos recursos recebidos,

⁵⁵ Entre outras, podemos citar: assistência médico-hospitalar, auxílio-transporte, auxílio-creche e seguro-saúde.

⁵⁶ Reportagem publicada no jornal “O Globo”, em 13 de jul. 2002, seção “O País”, pág. 8.

o que nos faz repensar as prioridades e metas.

Para adequar o dimensionamento do Poder Naval sugerido ao orçamento são apresentadas, a seguir, algumas ações a serem tomadas para o cumprimento das tarefas do Com4ºDN na região amazônica.

Na análise das capacidades dos atuais meios do 4º DN para o emprego em OpRib, fica evidente a limitada disponibilidade de transporte de pessoal. Muito embora seja possível a mobilização de embarcações regionais, a aquisição de um NTrFlu é necessária, principalmente, no momento em que ocorre a ampliação o GptFNMa para o nível de Batalhão. A sua obtenção não descarta o emprego de meios da Esquadra, em especial, as aeronaves UH-14. Deste modo, é importante a participação desses meios em exercícios de OpRib para a familiarização das tripulações com a área de operações.

O apoio logístico móvel é outra limitação para a condução de OpRib. Assim, a implantação de uma política de mobilização para a região permitiria a utilização de rebocadores, empurradores e chatas⁵⁷ para o atendimento das funções logísticas.

Para o apoio logístico fixo, a sugestão de construção de estações de apoio para navios e He, nas instalações das Delegacias e Agências localizadas nas cidades de Tabatinga, Tefé, Porto Velho e Santarém, e instalações do Exército na cidade de São Gabriel da Cachoeira, pode ser uma boa linha de ação para o aumento da presença da MB na região.

A curto e médio prazos é pouco provável que sejam adquiridos novos NaPaFlu e NaPa para o cumprimento da tarefa de PATFLU. Portanto, sugere-se a adoção de uma ação coordenada entre os meios da FlotAm e do GNN, em suas respectivas áreas, com as aeronaves do HU-3 na execução daquela tarefa. As aeronaves poderiam operar de

⁵⁷ Essas chatas podem ser utilizadas para transporte de óleo combustível ou para base de apoio à tropa operando em terra ou como heliponto.

uma daquelas estações de apoio como base das operações. Da mesma forma, poderiam ser empregadas as lanchas das CFAOC e da CPAOR, em conjunto com aqueles meios para melhor eficácia das patrulhas. No caso da PATCOS, a continuação do emprego de aeronaves da FAB em coordenação com os meios do GNN é de grande importância para o cumprimento dessa tarefa.

A substituição das CV e dos NaPa classe "Piratini", por contarem com mais de 30 anos de serviço, deve ser concretizada no menor espaço de tempo. Para que a área permaneça com uma quantidade de meios aceitável, o desdobramento de meios de outro DN pode ser uma boa solução. Esta linha de ação, também, poderia ser adotada para suprir a necessidade de meios para a tarefa de socorro e salvamento.

Como forma de amenizar a escassez de recursos, deve-se buscar parcerias nos projetos governamentais, como o PCN e o SIPAM/SIVAM, e com órgãos dos Governos Federal e Estadual. Nas atividades previstas para este ano, o PCN dispõe de R\$ 1,2 milhões⁵⁸ para construção de embarcações para controle e segurança da navegação e de manutenção de embarcações na região do "Calha Norte".

Uma outra meta a ser perseguida relaciona-se ao projeto SIPAM/SIVAM, visando à utilização das informações em proveito das OpRib e das atividades de patrulha.

Por fim, é de grande importância que o Ministério da Defesa inicie gestões no sentido de convencer as autoridades, principalmente, do setor econômico, e a sociedade brasileira da real necessidade de mais recursos financeiros para a Defesa Nacional.

⁵⁸ Palestra realizada pelo Gerente da Divisão de Planejamento do Departamento de Orçamento e Finanças do Ministério da Defesa, em março de 2002, para os Oficiais-Alunos do C-PEM 2002.

CAPÍTULO 6

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Amazônia brasileira é, inegavelmente, uma área de grande importância geopolítica e estratégica, e com uma série de realidades que se entrecroçam: sua grande extensão territorial e acentuado vazio demográfico, uma longa faixa de fronteiras e suas riquezas naturais, onde se sobressaem os recursos minerais e hídricos.

Da conquista à colonização, militares portugueses e, mais tarde, brasileiros mostraram-se atuantes na Amazônia. Uma história de grande sacrifício e dedicação para conter as ameaças estrangeiras e integrar a região ao restante do País.

Para a ocupação da Amazônia, foram elaborados grandiosos planos que pretensamente beneficiariam o desenvolvimento e a integração da região. Estes não lograram o êxito esperado, mormente pela escassez de recursos e pela falta de entrosamento dos diferentes órgãos do governo.

A histórica tentativa de internacionalização da Amazônia parece que se tornou agora perigosamente iminente, posto que as teses da soberania limitada ou da administração compartilhada já foram absorvidas pela opinião pública mundial. Intenções "nobres" como a defesa do ecossistema do planeta, a defesa dos direitos dos povos indígenas, o combate ao narcotráfico e a incapacidade institucional do Governo poderão vir a respaldar o direito de ingerência pelas grandes potências.

O Pacto Amazônico não alcançou a integração econômica-política e a econômica-social foi frágil para o real desenvolvimento da região. Tudo isso enfraqueceu o Tratado, acarretando o PCN como reação unilateral brasileira.

O Projeto SIPAM/SIVAM, como organização sistêmica, visa a integrar, avaliar e difundir conhecimentos. Tais instrumentos são provas desses esforços e permitirão

potencializar a ação do Estado na região. O PCN e o SIPAM, apesar de serem projetos do Governo, com a participação de outros Ministérios, se não fosse a determinação dos militares já estariam relegados a um segundo plano.

A MB tem se mostrado presente, procurando atender às necessidades básicas e imediatas da região, como apoio médico e social às populações ribeirinhas, controle da área marítima e fluvial, a inspeção naval de navios e embarcações entre outras. O Com4ºDN dispõe de dezesseis navios, um número considerado pequeno para tamanha responsabilidade. Assim sendo, a aquisição de novos meios, ajustada à orientação estratégica da PDN, se faz necessária para ampliar a capacidade de executar operações militares, envolvendo os dois ambientes, o marítimo e terrestre (incluindo o fluvial), a segurança da navegação, e os serviços de apoio.

Entretanto, nos dias atuais, a conjuntura econômica nos traz um fator complicador que é questão orçamentária. Esse fator tem impedido o aprimoramento das FFAA em nível condizente com a posição estratégica da região, como foi visto ao longo desse trabalho. Uma alteração neste cenário não é esperada, a menos que haja um surto crescimento econômico. Assim, provavelmente, não será possível atingir, a curto e médio prazos, o dimensionamento ideal do Poder Naval na Amazônia.

Por outro lado, não se pode cruzar os braços e esperar dias melhores. Deve-se, sim, mostrar à sociedade brasileira que a Amazônia, antes de ser um patrimônio da humanidade, pertence a todos os brasileiros.

Por fim, cabe citar o ilustre poeta brasileiro Rui Barbosa, ao dizer com muita propriedade:

“Uma nação que confia em seus direitos, em vez de confiar em seus soldados, engana-se a si mesma e prepara a sua própria queda”.

ANEXO A

TRATADO DE COOPERAÇÃO AMAZÔNICA

As Repúblicas da Bolívia, do Brasil, da Colômbia, do Equador, da Guiana, do Peru, do Suriname e da Venezuela,

CONSCIENTES da importância que para cada uma das Partes têm suas respectivas regiões amazônicas como parte integrante de seus territórios,

ANIMADAS do propósito comum de conjugar os esforços que vêm empreendendo, tanto em seus respectivos territórios como entre si, para promover o desenvolvimento harmônico da Amazônia, que permita uma distribuição equitativa dos benefícios desse desenvolvimento entre as Partes Contratantes, para elevar o nível de vida de seus povos e a fim de lograr a plena incorporação de seus territórios amazônicos às respectivas economias nacionais,

CONVENCIDAS da utilidade de compartilhar as experiências nacionais em matéria de promoção do desenvolvimento regional,

CONSIDERANDO que para lograr um desenvolvimento integral dos respectivos territórios da Amazônia é necessário manter o equilíbrio entre o crescimento econômico e a preservação do meio ambiente,

CÔNSCIAS de que tanto o desenvolvimento sócio-econômico como a preservação do meio ambiente são responsabilidades inerentes à soberania de cada Estado e que a cooperação entre as Partes Contratantes servirá para facilitar o cumprimento destas responsabilidades, continuando e ampliando os esforços conjuntos que vêm realizando em matéria de conservação ecológica da Amazônia,

SEGURAS de que a cooperação entre as nações latino-americanas em matérias específicas que lhes são comuns contribui para avançar no caminho da integração e solidariedade de toda a América Latina,

PERSUADIDAS de que o presente Tratado significa o início de um processo de cooperação que redundará em benefício de seus respectivos países e da Amazônia em seu conjunto,

RESOLVEM subscrever o presente Tratado:

Artigo I -As Partes Contratantes convêm em realizar esforços e ações conjuntas a fim de promover o desenvolvimento harmônico de seus respectivos territórios amazônicos, de modo que essas ações conjuntas produzem resultados equitativos e mutuamente proveitosos, assim como para a preservação do meio ambiente e a conservação e utilização racional dos recursos naturais desses territórios.

Parágrafo único: Para tal fim, trocarão informações e concertarão acordos e entendimentos operativos, assim como os instrumentos jurídicos pertinentes que permitam o cumprimento das finalidades do presente Tratado.

Artigo II - O presente Tratado se aplicará nos territórios das Partes Contratantes na Bacia Amazônica, assim como, também, em qualquer território de uma Parte Contratante que, pelas suas características geográficas, ecológicas ou econômicas, se considere estreitamente vinculado à mesma.

Artigo III - De acordo com e sem detrimento dos direitos outorgados por atos unilaterais, do estabelecido nos tratados bilaterais entre as Partes e dos princípios e normas do Direito Internacional, as Partes Contratantes asseguram-se mutuamente, na base da reciprocidade, a mais ampla liberdade de navegação comercial no curso do Amazonas e demais rios amazônicos internacionais, observando os regulamentos fiscais e de polícia estabelecidos ou que se estabelecerem no território de cada uma delas. Tais regulamentos deverão, na medida do possível, favorecer essa navegação e o comércio e guardar entre si uniformidade.

Parágrafo único: O presente artigo não se aplicará à navegação de cabotagem.

Artigo IV - As Partes Contratantes proclamam que o uso e aproveitamento exclusivo os recursos naturais em seus territórios é direito inerente à soberania do Estado e seu exercício não terá outras restrições senão as que resultem do Direito Internacional.

Artigo V - Tendo em vista a importância e multiplicidade de funções que os rios amazônicos desempenham no processo de desenvolvimento econômico e social da região, as Partes Contratantes procurarão envidar esforços com vistas à utilização racional dos recursos hídricos.

Artigo VI - Com o objetivo de que os rios amazônicos constituam um vínculo eficaz de comunicação entre as Partes Contratantes e com o Oceano Atlântico, os Estados ribeirinhos interessados num determinado problema que afete a navegação livre e desimpedida empreenderão, conforme for o caso, ações nacionais, bilaterais ou multilaterais para o melhoramento e habilitação dessas vias navegáveis.

Parágrafo único: Para tal efeito, estudar-se-ão as formas de eliminar os obstáculos físicos que dificultam ou impedem a referida navegação, assim como os aspectos econômicos e financeiros correspondentes, a fim de concretizar os meios operativos mais adequados.

Artigo VII - Tendo em vista a necessidade de que o aproveitamento da flora e da fauna da Amazônia seja racionalmente planejado, a fim de manter o equilíbrio ecológico da região e preservar as espécies, as Partes Contratantes decidem:

a. promover a pesquisa científica e o intercâmbio de informações e de pessoal técnico entre as entidades competentes dos respectivos países, a fim de ampliar os conhecimentos sobre os recursos da flora e da fauna de seus territórios amazônicos, as quais serão matérias de um relatório anual apresentado por cada país.

Artigo VIII - As Partes Contratantes decidem promover a coordenação dos atuais serviços de saúde de seus respectivos territórios amazônicos e tomar outras medidas que sejam aconselháveis, com vistas à melhoria das condições sanitárias da região e ao aperfeiçoamento dos métodos tendentes a prevenir e combater as epidemias.

Artigo IX - As Partes Contratantes concordam em estabelecer estreita colaboração nos campos da pesquisa científica e tecnológica, com o objetivo de criar condições mais adequadas à aceleração do desenvolvimento econômico e social da região.

Parágrafo primeiro: Para os fins do presente Tratado, a cooperação técnica e científica a ser desenvolvida entre as Partes Contratantes poderá assumir as seguintes formas:

a. realização conjunta ou coordenada de programas de pesquisa e desenvolvimento;

b. criação e operação de instituições de pesquisa ou de centros de aperfeiçoamento e produção experimental;

c. organização de seminários e conferências, intercâmbio de informações e documentação e organização de meios destinados à sua difusão.

Parágrafo segundo: As Partes Contratantes poderão sempre que julgarem necessário e conveniente, solicitar a participação de organismos internacionais na execução de estudos, programas e projetos resultantes das formas de cooperação técnica e científica definidas no parágrafo primeiro do presente artigo.

Artigo X - As Partes Contratantes coincidem na conveniência de criar uma infraestrutura física adequada entre seus respectivos países, especialmente nos aspectos de transportes e comunicações. Conseqüentemente, comprometem-se a estudar as formas mais harmônicas de estabelecer ou aperfeiçoar as interconexões rodoviárias, de transportes fluviais, aéreos e de telecomunicações, tendo em conta os planos e programas de cada país para lograr o objetivo prioritário de integrar plenamente seus territórios amazônicos às suas respectivas economias nacionais.

Artigo XI - Com o propósito de incrementar o emprego racional dos recursos humanos e naturais de seus respectivos territórios amazônicos, as Partes Contratantes concordam em estimular a realização de estudos e a adoção de medidas conjuntas tendentes a promover o desenvolvimento econômico e social desses territórios e a gerar formas de complementação que reforcem as ações previstas nos planos nacionais para referidos territórios.

Artigo XII - As Partes Contratantes reconhecem a utilidade de desenvolver, em condições eqüitativas e de mútuo proveito, o comércio a varejo de produtos de consumo local entre as suas respectivas populações amazônicas limítrofes, mediante acordos bilaterais ou multilaterais adequados.

Artigo XIII - As Partes Contratantes cooperarão para incrementar as correntes turísticas, nacionais e de terceiros países, em seus respectivos territórios amazônicos, sem prejuízo das disposições nacionais de proteção às culturas indígenas e aos recursos naturais.

Artigo XIV - As Partes Contratantes cooperarão no sentido de lograr a eficácia das medidas que se adotem para a conservação das riquezas etnológicas e arqueológicas da área amazônica.

Artigo XV - As Partes Contratantes se esforçarão por manter um intercâmbio permanente de informações e colaboração entre si e com os órgãos de cooperação latino-americanos, nos campos de ação que se relacionam com as matérias que são objetos deste Tratado.

Artigo XVI - As decisões e compromissos adotados pelas Partes Contratantes na aplicação do presente Tratado não prejudicarão os projetos e empreendimentos que executem em seus respectivos territórios, dentro do respeito ao Direito Internacional e segundo a boa prática entre nações vizinhas e amigas.

Artigo XVII - As Partes Contratantes poderão apresentar iniciativas para a realização de estudos destinados à concretização de projeto de interesse comum, para o desenvolvimento de seus territórios amazônicos e, em geral, que permitam o cumprimento das ações contempladas no presente Tratado.

Parágrafo único: As Partes Contratantes acordam conceder especial atenção à consideração de iniciativas apresentadas por países de menor desenvolvimento que impliquem esforços e ações conjuntas das Partes.

Artigo XVIII - O estabelecido no presente Tratado não significará qualquer limitação a que as Partes Contratantes celebrem acordos bilaterais ou multilaterais sobre temas específicos ou genéricos, desde que não sejam contrários à consecução dos objetivos comuns de cooperação na Amazônia, consagrados neste instrumento.

Artigo XIX - Nem a celebração do presente Tratado, nem a sua execução terão algum efeito sobre quaisquer outros tratados ou atos internacionais vigentes entre as Partes, nem sobre quaisquer divergências sobre limites ou direitos territoriais existentes entre as Partes, nem poderá interpretar-se ou invocar-se a celebração deste Tratado ou sua execução para alegar aceitação ou renúncia, afirmação ou modificação, direta ou indireta, expressa ou tácita, das posições e interpretações que sobre estes assuntos sustente cada Parte Contratante.

Artigo XX - Sem prejuízo de que posteriormente se estabeleça a periodicidade mais adequada, os Ministérios das Relações Exteriores das Partes Contratantes realizarão reuniões cada vez que o julgarem conveniente ou oportuno, a fim de fixar as diretrizes básicas da política comum, apreciar e avaliar o andamento geral do processo de cooperação amazônica e adotar as decisões tendentes à realização dos fins propostos neste instrumento.

Parágrafo primeiro: Celebrar-se-ão reuniões dos Ministros das Relações Exteriores por iniciativa de qualquer das Partes Contratantes sempre que conte com o apoio de pelo menos outros quatro Estados Membros.

Parágrafo segundo: A primeira reunião de Ministros das Relações Exteriores celebrar-se-á dentro dos dois anos seguintes à data de entrada em vigor do presente

Tratado. A sede e a data da primeira reunião serão fixadas mediante entendimento entre as Chancelarias das Partes Contratantes.

Parágrafo terceiro: A designação do país sede das reuniões obedecerá ao critério de rodízio por ordem alfabética.

Artigo XXI - Representantes diplomáticos de alto nível das Partes Contratantes reunir-se-ão, anualmente, integrando o Conselho de Cooperação Amazônica, com as seguintes atribuições:

1. Velar pelo cumprimento dos objetivos e finalidades do Tratado;
2. Velar pelo cumprimento das decisões tomadas nas reuniões de Ministros das Relações Exteriores;
3. Recomendar às Partes a conveniência ou oportunidade de celebrar reuniões de Ministros das Relações Exteriores e preparar o temário correspondente;
4. Considerar as iniciativas e os projetos que apresentem as Partes e adotar as decisões para a realização de estudos e projetos bilaterais ou multilaterais, cuja execução, quando for o caso, estará a cargo das Comissões Nacionais Permanentes;
5. Avaliar o cumprimento dos projetos de interesse bilateral ou multilateral;
6. Adotar as normas para seu funcionamento.

Parágrafo primeiro: O Conselho poderá celebrar reuniões extraordinárias por iniciativa de qualquer das Partes Contratantes, com o apoio da maioria das demais.

Parágrafo segundo: A sede das reuniões ordinárias obedecerá ao critério de rodízio, por ordem alfabética, entre as Partes Contratantes.

Artigo XXII - As funções de Secretaria serão exercidas, pro-tempore, pela Parte Contratante em cujo território deva celebrar-se a seguinte reunião ordinária do Conselho de Cooperação Amazônica.

Parágrafo único: A Secretaria Pro-Tempore enviará, às Partes, a documentação pertinente.

Artigo XXIII - As Partes Contratantes criarão Comissões Nacionais Permanentes encarregadas da aplicação, em seus respectivos territórios, das disposições deste Tratado, assim como da execução das decisões adotadas pelas reuniões dos Ministros das Relações Exteriores e pelo Conselho de Cooperação Amazônica, sem prejuízo de outras atividades que lhes sejam atribuídas por cada Estado.

Artigo XXIV - Sempre que necessário, as Partes Contratantes poderão constituir comissões especiais destinadas ao estudo de problemas ou temas específicos relacionados com os fins deste Tratado.

Artigo XXV - As decisões adotadas em reuniões efetuadas em conformidade com os Artigos XX e XXI, requererão sempre o voto unânime dos Países Membros do presente Tratado. As decisões adotadas em reuniões efetuadas em conformidade com o Artigo XXIV requererão sempre o voto unânime dos países participantes.

Artigo XXVI - As Partes Contratantes acordam que o presente Tratado não será susceptível de reservas ou declarações interpretativas.

Artigo XXVII - O presente Tratado terá duração ilimitada e não estará aberto a adesões.

Artigo XXVIII - O presente Tratado será ratificado pelas Partes Contratantes e os instrumentos de ratificação serão depositados junto ao Governo da República Federativa do Brasil.

Parágrafo primeiro: O presente Tratado entrará em vigor trinta dias depois de depositado o último instrumento de ratificação das Partes Contratantes.

Parágrafo segundo: A intenção de denunciar o presente Tratado será comunicada por uma Parte Contratante às demais Partes Contratantes, pelo menos noventa dias antes da entrega formal do instrumento de denúncia ao Governo da República Federativa do Brasil. Formalizada a denúncia, os efeitos do Tratado cessarão para a Parte Contratante denunciante, no prazo de um ano.

Parágrafo terceiro: O presente Tratado será redigido nos idiomas português, espanhol, holandês e inglês, fazendo todos igualmente fé.

EM FÉ DO QUE, os Chanceleres abaixo-assinados firmaram o presente Tratado.

FEITO na cidade de Brasília, aos 3 de julho de 1978, o qual ficará depositado nos arquivos do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, que fornecerá cópias autênticas aos demais países signatários.

ENTRADA EM VIGOR: 02/08/1980

BRASIL:

APROVAÇÃO LEGISLATIVA: Decreto 69, de 18 de outubro de 1978

PROMULGAÇÃO: Decreto 85.050, de 18 de agosto de 1980

ENTRADA EM VIGOR: 02/08/80

REGISTRADO NAS NAÇÕES UNIDAS: em 30 de outubro de 1980

OBSERVAÇÕES:

PAÍSES SIGNATÁRIOS	ASSINATURA	RATIFICAÇÃO
Brasil	03/07/78	18/12/78
Bolívia	03/07/78	20/08/79
Colômbia	03/07/78	25/02/80
Equador	03/07/78	14/03/79
Guiana	03/07/78	14/03/79
Peru	03/07/78	16/10/79
Suriname	03/07/78	23/07/79
Venezuela	03/07/78	03/07/80

ANEXO B

CARACTERÍSTICAS DOS MEIOS DO 4º DISTRITO NAVAL

A) GRUPAMENTO NAVAL DO NORTE

- Corveta Classe "Imperial Marinheiro"

- Deslocamento (Toneladas) – 911 (padrão) / 960 (máximo)
- Dimensões (metros) – 56 x 9,3 x 3,6
- Velocidade (nós) – 16
- Tripulação – 60 homens
- Armamento – 1 canhão 76 mm / 4 metralhadoras "Oerlikon" 20mm

- Navio Patrulha Classe "Bracuí"

- Deslocamento (Toneladas) – 720 (máximo)
- Dimensões (metros) – 47,5 x 10,5 x 3
- Autonomia – 21 dias
- Velocidade (nós) – 10 (cruzeiro) e 26 (máxima)
- Tripulação – 40 homens
- Armamento – 1 canhão Bofors 40 mm e 2 metralhadoras "Oerlikon" 20 mm

- Navio Patrulha Classe "Grajau"

- Deslocamento (Toneladas) – 217 (máximo)
- Dimensões (metros) – 46,5 x 7,5 x 2,3
- Raio de Ação (milhas) – 2200 a 12 nós
- Velocidade (nós) – 24
- Tripulação – 31 homens
- Armamento – 1 canhão Bofors 40 mm / 2 metralhadoras "Oerlikon" 20mm

- Navio Patrulha Classe "Piratini"

- Deslocamento (Toneladas) – 150 (padrão) / 146 (máximo)
- Dimensões (metros) – 29 x 5,8 x 2
- Raio de Ação (milhas) – 1700 a 12 nós
- Velocidade (nós) – 17
- Tripulação – 15 homens
- Armamento – 1 metralhadora "Oerlikon" 20mm/ 2 metralhadoras 12,7 mm (.50)

B) FLOTILHA DO AMAZONAS

- Navio Patrulha Fluvial Classe "Pedro Teixeira"

- Deslocamento (Toneladas) – 690 (padrão)
- Dimensões (metros) – 63,3 x 9,7 x 1,7
- Raio de Ação (milhas) – 6800 a 13 nós
- Velocidade (nós) – 16
- Tripulação – 60 homens
- Armamento – 1 canhão Bofors 40 mm / 2 metralhadoras "Oerlikon" 20mm /
4 metralhadoras 12,7 mm (.50) / 2 morteiros 81 mm
- Helicóptero – UH –12
- Embarcação de Desembarque de Viatura e Pessoal – 2

- Navio Patrulha Fluvial Classe "Roraima"

- Deslocamento (Toneladas) – 340 (padrão) / 365 (máximo)
- Dimensões (metros) – 46,3 x 8,5 x 1,4
- Raio de Ação (milhas) – 6000 a 12 nós
- Velocidade (nós) – 14
- Tripulação – 40 homens
- Armamento – 1 canhão Bofors 40 mm / 2 metralhadoras "Oerlikon" 20mm /
4 metralhadoras 12,7 mm (.50) / 2 morteiros 81 mm
- Embarcação de Desembarque de Viatura e Pessoal – 2

- **Navio Assistência Hospitalar Classe "Oswaldo Cruz"**

- Deslocamento (Toneladas) – 500 (padrão)
- Dimensões (metros) – 47,2 x 8,5 x 1,8
- Raio de Ação (milhas) – 4000 a 9 nós
- Velocidade (nós) – 16
- Tripulação – 46 homens
- Helicóptero – UH-12
- Instalações de saúde – 2 Consultórios médicos / 2 Consultórios odontológicos / Laboratório de análises / Farmácia / Sala de Raio-X e câmara escura / 2 Enfermarias com 3 leitos cada / Sala de cirurgia

- **Navio Assistência Hospitalar Classe "Dr. Montenegro"**

- Deslocamento (Toneladas) – 350 (padrão) / 400 (máximo)
- Dimensões (metros) – 42 x 11 x 2,40
- Raio de Ação (milhas) – 3200
- Velocidade (nós) – 6
- Tripulação – 50 homens
- Instalações de saúde – 3 Consultórios médicos / 2 Consultórios odontológicos / Farmácia / Sala de raio-X e revelação / Enfermarias / Sala de Emergência / Laboratório / Centro Cirúrgico / Unidade de Tratamento Intensivo (UTI) / Sala de parto / Lavanderia Hospitalar

C) 3º ESQUADRÃO DE HELICÓPTERO DE EMPREGO GERAL

- **UH-12 (HB 350 BA) Esquilo Monoturbina**

- Fabricante – Helibrás (montadora)
- Velocidade (nós) – 110 (Cruzeiro) / 155 (Máxima)
- Autonomia - 03h20min
- Peso (kg) – 1300 (básico) / 2110 (Max. Decolagem)/ 800 (útil)
- Capacidade de vôo – VFR
- Consumo Médio (l/h) – 150
- Armamento - Metralhadora 7,62 mm, em 2 casulos duplos axiais / Foguete SBAT 70 mm / Metralhadora 7,62 mm montada lateralmente operada pelo artilheiro

ANEXO C

BIBLIOGRAFIA

1. ACSELRAD, Henri. Conservar para quem?. **Conjuntura Econômica**, Rio de Janeiro, v.47, n.10, p. 48-50, out.1993.
2. ALBUQUERQUE, Antonio Luiz Porto e. **História do Brasil**. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1985.
3. AZEVEDO, Aprígio Eduardo de Moura. **SIPAM/SIVAM – Fator de integração e desenvolvimento da Amazônia Legal brasileira**. Monografia (CAEPE) – Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia. Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, 1997.
4. BARBOSA, Gustavo. O sonho amazônico. **Revista Petrobrás**, Rio de Janeiro, n.69. abr. 2000.
5. BECK, Leda. Internet cria rumor sobre internacionalização da Amazônia. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 12 jun. 2000. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/agestado/nacional/2000/jun/12/311.htm>>. Acesso em : 19 jun.2002.
6. BENCHIMOL, Samuel. A Amazônia e o terceiro milênio. **Parcerias Estratégicas**, Rio de Janeiro, n. 9, p. 22-34, out. 2000.
7. BRANDÃO, Carlos Eduardo Garcia. **O reaparelhamento das Forças Armadas frente à nova Política de Defesa Nacional**. Monografia (C-PEM) – Curso de Política e Estratégia Marítimas, Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 1998.
8. BRASIL. Constituição(1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.
9. -----. Decreto nº 2.153, de 20 de fevereiro de 1997. Estabelece e organiza as Forças Navais, Aeronavais e de Fuzileiros Navais da Marinha, dispõe sobre as áreas de jurisdição dos Comandos dos Distritos Navais e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília,v. 189, n.2, p. 983-1066, fev. 1997.
10. -----. Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999. Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 1999.
11. -----. Presidência da República. **Política de Defesa Nacional**. Brasília: Imprensa Nacional, 1996.
12. CASTRO, Therezinha de. Amazônia. Geopolítica do confronto e Geoestratégia da integração. **A Defesa Nacional**, Rio de Janeiro, n.755, p.68-82, jan./mar. 1992.

13. ----- . **Rumo à Amazônia – problemática Geopolítica**. Rio de Janeiro: Unigraf, 1998.
14. CHAGAS, Carlos. Como dissolver a nacional. **Jornal da ADESG**, Rio de Janeiro, set./out.1998. Disponível em: <<http://brasil.iwarp.com.br/dissolver.html>>. Acesso em: 19 jun. 2002.
15. COELHO, Maria Célia Nunes. **A ocupação da Amazônia e a presença militar**. São Paulo: Atual Editora. 1988.
16. COELHO, Pedro Motta Pinto. **Fronteiras na Amazônia: um espaço integrado**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1992.
17. COLBY, Gerard e DENNET, Charlott. **Seja feita a vossa vontade**. Rio de Janeiro: Editora Record, 1998.
18. COLLYER, Fernando. **A farsa da preservação da Amazônia**. Manaus: Gráfica Lorena Ltda., 1992.
19. DIEGUES, Fernando Manuel Fontes. O Poder Naval e a problemática da Amazônia. **Revista Marítima Brasileira**. Rio de Janeiro, v. 1/3, p. 95 – 117, jan. / mar. 1973.
20. ELIA, Rui da Fonseca. A Marinha na Amazônia Ocidental. **Revista Marítima Brasileira**. Rio de Janeiro, v. 120, n.7/9, p.69-86, jul./set. 2000.
21. Escola de Guerra Naval (Brasil). EGN-215. **Guia para a elaboração de ensaios e monografias**. Rio de Janeiro, 1998.
22. ----- . FI-219. **Guia para a elaboração de referências bibliográficas**. Rio de Janeiro, 2001.
23. ----- . EGN-448. **Operações Ribeirinhas**. Rio de Janeiro, 1978.
24. FREGAPANI, Gélío. **Amazônia - 1996 – soberania ameaçada**. Brasília: Theasurus Editora de Brasília Ltda, 1995.
25. GARRIDO, Luiz Fernando Azevedo. A presença militar brasileira na Amazônia como fator de dissuasão. **A Defesa Nacional**, Rio de Janeiro, n. 770, p. 93 – 117. 1995.
26. GODOY, Roberto. SIVAM está quase pronto para ligar os radares. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 12 jun. 2000. Disponível em: <<http://www.estado.estadao.com.br/editoriais/2002/03/24/pol016.html>>. Acesso em: 24 mar.2002.
27. JUNIOR, Manuel Cambeses. Os militares e a defesa nacional. **O Globo**, Rio de Janeiro, 03 fev. 2000. Opinião, p.5.
28. ----- . A globalização ingênua. **Jornal da ADESG**, Rio de Janeiro, set./out.1998. Disponível em: <<http://brasil.iwarp.com/global.htm>>. Acesso em: 19 jun. 2002.
29. LOURENÇÃO, Humberto José. O Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM) e a Defesa Nacional. **A Defesa Nacional**, Rio de Janeiro, n. 784, p. 93-105, jul./ago. 1999.
30. LUZ, Sérgio Porto da. A Amazônia brasileira. **Revista do Clube Naval**, Rio de Janeiro, n.285, p.34-41, abr./jun.1992.
31. MARINHA DO BRASIL. Gabinete do Ministro. **Doutrina Básica da Marinha**. Brasília, 1997.

32. ----- . Gabinete do Ministro. **Política Básica da Marinha**. Brasília, 1998.
33. ----- . Gabinete do Ministro. **Política de Defesa Nacional: A Marinha do Brasil**. 2. ed. Brasília: Serviço de Relações Públicas da Marinha, 1997.
34. MARTINHO, Carlos Orsi. Roubo da Amazônia: o boato que não morre. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 06 out. 2000. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/agestado/nacional/2000/out/06/258.htm>>. Acesso em: 19 jun. 2002.
35. MATTOS, Adherbal Meira. **Amazônia – outros estudos**. Belém: CEJUP, 1991.
36. ----- . **Amazônia: pressões e desenvolvimento**. Leituras Seleccionadas 805/97/DAInt. Escola Superior de Guerra. 1998.
37. MATTOS, Carlos de Meira. **Uma geopolítica Pan-amazônica**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1980.
38. MIYAMOTO, Shiguenoli. A Política de Defesa Brasileira e a Segurança e Regional. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p. 431-472, jul./dez. 2000.
39. MORETTI, Nelson. **A Marinha e o desafio amazônico**. Monografia (C-PEM) – Curso de Política e Estratégia Marítimas, Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 1998.
40. OBINO, José Luiz Feio. A Amazônia e a Marinha – necessidades de meios para o terceiro milênio. Uma reflexão. **Revista Marítima Brasileira**. Rio de Janeiro, v. 118, n.4/6, p.117-132, abr./jun.1998.
41. ----- . Considerações Sobre a Estrutura Administrativa da Marinha na Amazônia. **Revista Marítima Brasileira**. Rio de Janeiro, v. 118, n.10/12, p.97-107, out./dez.1998.
42. OLIVEIRA, Carlos Henrique Garcia de. **A Marinha na Amazônia**. Monografia (C-PEM) – Curso de Política e Estratégia Marítimas, Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 1990. Confidencial.
43. OLIVEIRA, Ney Coe de. Mitos sobre a Amazônia. **Revista do Clube Militar**, Rio de Janeiro, n.303, p.8-9, 1992.
44. PESSÔA, José Américo Magalhães. **Amazônia: interesses nacionais x interesse conservacionistas internacionais. Recomendações**. Monografia (C-PEM) – Curso de Política e Estratégia Marítimas, Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 1989.
45. **PROBLEMAS BRASILEIROS**. SIVAM, projeto Amazônia. Rio de Janeiro, n.314, p.14-24, mar./abr. 1996.
46. PROENÇA Jr, Domicio e DINIZ, Eugenio. **Política de Defesa no Brasil: uma análise crítica**. Brasília. Editora Universidade de Brasília, 1998.
47. RECH, Arby Ilgo. **Programa Calha Norte: sua contribuição na segurança e no desenvolvimento da Amazônia**. Trabalho Especial (CAEPE) – Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia. Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, 1991.
48. REIS, Arthur Cezar Ferreira. **A Amazônia e a cobiça internacional**. Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana, 1973.
49. **REVISTA CLUBE MILITAR**. Amazônia: fronteira em perigo. Rio de Janeiro, n.304, p.4-6. 1992.

50. **REVISTA CLUBE NAVAL**. Reengenharia da Marinha. Rio de Janeiro, n.300, p.18-21. 1996.
51. ----- . Amazônia brasileira – potencialidades e vulnerabilidades. Rio de Janeiro, n.309, p.8-15. 1999.
52. SCAVARDA, Levy. História da Flotilha do Amazonas. **Revista Marítima Brasileira**. Rio de Janeiro, n.10/12, p.3-85, out./dez. 1968.
53. SILVA, Roberto Gama e. Amazônia Brasileira. **Revista Marítima Brasileira**. Rio de Janeiro, v. 120, n.1/3, p.89-107, jan./mar. 2000.
54. ----- . Conservação dos Ecossistemas Amazônicos. **Revista Marítima Brasileira**. Rio de Janeiro, v. 120, n.10/12, p.199-207, out./dez. 2000.
55. VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira. Reflexões sobre o Poder Naval no contexto atual. In: **CONFERÊNCIA NAVAL INTERAMERICANA**, 18. 1996, Itaipava. **Palestra**.



MARINHA DO BRASIL

EGN 07/06/2009 11:33:14

Recibo de Empréstimo

Usuario

06763880 Marcelo Rebello de Oliveira

Descricao do(s) Exemplar(es)

96.927 Dimensionamento do poder naval na Amazonia, 0 /
2002

Num. Cham.: 9-D-94

Tipo de Empréstimo normal

Data Dev. Prevista 14/07/2009

Atendente : mariacristina